

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Ana Caroline de Barros Domingos

O judeu como mal absoluto: antissemitismo em *O Mercador de Veneza*

Taubaté – SP

2020

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Ana Caroline de Barros Domingos

O judeu como mal absoluto: antissemitismo em *O Mercador de Veneza*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do certificado de Graduação do Curso de Licenciatura em História do Departamento de Ciências Sociais e Letras pela Universidade de Taubaté.

Orientador: Prof.º Dr. Silvio Luiz da Costa

Taubaté – SP

2020

**ANA CAROLINE DE BARROS
DOMINGOS**

**O judeu como mal absoluto:
antissemitismo em *O Mercador de
Veneza***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para
obtenção do certificado de Graduação do Curso de
Licenciatura em História do Departamento de
Ciências Sociais e Letras pela Universidade de
Taubaté.

Orientador: Prof.º Dr. Silvio Luiz da Costa

Data:

Resultado:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Doutor Silvio Luiz da Costa

Universidade de Taubaté

Assinatura:

Prof. Doutora Rachel Duarte Abdala

Assinatura:

Prof. Doutor Moacir José dos Santos

Assinatura:

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Dora, meu exemplo, minha melhor amiga, meu alicerce. Aos meus irmãos Jean e Gabriel pelo incentivo contínuo. Para vó Jacira, pai Vitor, Elisa, Madeleine, Verônica, Vanessa, Vivian, Renan e David, assim como toda minha família, conhecida pelo seu afeto.

Ao meu orientador Sílvio Costa, cujo toque é perceptível neste trabalho de graduação pelas provocações filosóficas que tanto me ensinam e inspiram. Obrigada por ter abraçado *O Mercador de Veneza* com tanto entusiasmo e paciência. Obrigada por ter me dado segurança.

Aos meus “sub-orientadores”, Amanda Diniz e Jean Campos. Tenho uma grande dívida por suas correções, sugestões e dicas bibliográficas, que deram o apoio necessário para este TCC.

Aos amigos Alison Luiz, Letícia Brandão, Isabella Matta, Mayara Souza, Amanda Rangel, Giovanna Tavares, Anderson Santos, Natasha Martins, Thiago Campos, Ana Laura, Vitória Moreira, Caroline Oliveira, Pedro Javaroni e Vitória Coelho. Poderíamos nos juntar no sofá pela sitcom *Friends* porque vocês estiveram comigo com afinco e amor durante todo tempo.

À querida professora Rachel Abdala, que me embala em seu carinho pela vida docente e na paixão pela História e Literatura. Te agradeço e admiro por tanto nestes anos de graduação!

Aos queridos Armindo Boll, Edson Trajano, Moacir Santos, Suzana Ribeiro e Fátima Toledo, professores que partilharam seu tempo com exímio conhecimento e ótimas experiências.

Ao meu supervisor do PIBID, Marcelo, foi graças a você que tive confiança para dar minha primeira aula “sozinha” e fazer essa pesquisa. Sempre será meu maior exemplo como professor.

Ao professor Josias que me levou à História com seu dom inestimável.

Aos programas PIBID e NUGEC pelo apoio financeiro para finalização da minha graduação.

Á Deus que me permitiu chegar até aqui.

“Acabamos por conhecer Shakespeare sem saber como. Faz parte da natureza de todo ser humano. Seus pensamentos e beleza encontram-se tão espalhados pelo mundo todo que roçamos neles em toda parte e nos tornamos íntimos do dramaturgo e poeta por instinto.”

Jane Austen, “Mansfield Park”

RESUMO

O antissemitismo, termo cunhado desde o século XIII, é estudado neste trabalho sob visão histórica por *O Mercador de Veneza*, escrita em 1596. A metodologia adotada, seguindo as proximidades e conexões da História e Literatura, é uma pesquisa bibliográfica e cinematográfica, na qual se faz mediação entre a época e o leitor contemporâneo cuja mentalidade antissemita é descortinada. Foram estudados livros e artigos relacionados ao antissemitismo e o estereótipo judeu, a construção de William Shakespeare como homem do teatro elisabetano e sobre *O Mercador de Veneza*. Como resultado, vê-se que o personagem Shylock espelha as maneiras contraditórias cujo os judeus eram percebidos na Europa do século XVI, rodeada de grandes transformações econômicas e religiosas, porém irreduzível na caracterização dos judeus como mal absoluto. A representação shakespeariana do judeu usurário no teatro profano far-nos-á compreender que, mesmo criticando o “porquê” do preconceito na peça, criar um judeu estereotipado e odiado era banal da época, cujo sofrimento de Shylock era um “sinal divino” por seguir o judaísmo, e logo, prazeroso para a plateia cercada de hostilidade. Por fim, *O Mercador de Veneza* dialoga com o antissemitismo de seu tempo, tendo este ódio tão fortemente construído na mentalidade ocidental que não pode ter motivos humanamente possíveis. Hannah Arendt é quem reflete essa questão como eterna hostilidade ligada aos judeus, pois pela tristeza de Shylock no palco, os espectadores se divertiam.

Palavras-chave: Antissemitismo, História e Literatura, Mercador de Veneza, William Shakespeare

ABSTRACT

Anti-Semitism, a term coined since the 13th century, is studied in this work under historical vision by *The Merchant of Venice*, written in 1596. The methodology adopted, following the proximities and connections of History and Literature, is a bibliographic and cinematographic research, in which the playwright mediates between his time and the contemporary reader whose anti-Semitic mentality is unveiled. Books and articles related to anti-Semitism and the Jewish stereotype, the construction of William Shakespeare as a man of Elisabethan theater and about *The Merchant of Venice* were studied. As a result, one can see that the character Shylock mirrors the contradictory ways in which the Jews were perceived in 16th century Europe, surrounded by great economic and religious transformations, but immutable in the characterization of the Jews as absolute evil. The Shakespearean representation of the Jew usurer in the profane theater will make us understand that, even criticizing the "why" of prejudice in the play, creating a stereotyped and hated Jew was banal at the time, whose suffering Shylock was a "divine sign" for following Judaism, and therefore pleasing to the audience surrounded by hostility. Finally, the *Merchant of Venice* dialogues with the anti-Semitism of his time, having this hatred so strongly built in the Western mentality that it cannot have humanly possible motives. Hannah Arendt is the one who reflects this issue as an eternal hostility linked to the Jews, because by Shylock's sadness on stage, the spectators enjoyed themselves.

Keyword: Anti-Semitism, History and Literature, *The Merchant of Venice*, William Shakespeare,

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - <i>Campo del Guetto Nuovo</i>	43
Imagem 2 - Shylock (Al Pacino) em <i>O Mercador de Veneza</i>	52
Imagem 3 - <i>Merchant of Venice</i> , Shylock	53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A LITERATURA COMO ACESSO À MENTALIDADE ANTISSEMITA	12
1.1. A literatura como relato do acontecimento histórico	12
1.2. William Shakespeare como testemunha ocular de seu tempo	17
1.3. A mentalidade e o medo diante o judeu.....	20
2. QUESTÃO HISTÓRICA DE <i>O MERCADOR DE VENEZA</i>	20
2.1 O antissemitismo.....	24
2.2. A religiosidade presente em William Shakespeare.....	29
2.3. Antagonismo religioso e econômico entre mercador e usurário.....	31
2.4. A presença do judeu em solo inglês.....	34
2.5. Veneza e a “tolerância” com os judeus	39
3. <i>O MERCADOR DE VENEZA</i>: PRECONCEITO E DESDOBRAMENTOS	44
3.1. O antissemitismo manifestado em <i>O Mercador de Veneza</i>	44
3.2. “Sou um judeu. Então um judeu não possui olhos?”: uma análise de Shylock	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS	62

INTRODUÇÃO

O Mercador de Veneza é uma peça shakespeariana desconfortável e inquietante sobre o papel dos judeus na Europa renascentista, contudo, ainda é considerada uma comédia. Sua narrativa manifesta quão ligado está a História e Literatura pelo escritor ser testemunha ocular de um contexto antissemita; tendo influência dos valores de Elizabeth I, pela contribuição da Igreja Católica e Protestante como principais disseminadoras do antijudaísmo, por suas crenças pessoais, e principalmente, pelo imaginário e mentalidade envoltos na imagem do judeu como fonte de todos os males. Vislumbrar o fenômeno do antissemitismo por *O Mercador de Veneza* é, assim, uma aproximação da representação do real “como se tivesse lá” do século XVI pela literatura e teatro, como também um espaço de reflexão e problematização pela longa duração desse preconceito. O estudo do judeu como “outro” é pautado no personagem Shylock, o judeu usurário da peça, cuja extraordinária complexidade carrega um efeito histórico pelos séculos de exclusão. A obra é considerada uma comédia por trazer à tona a ridicularização de Shylock, pois quando se reúne uma plateia antissemita, um teatro que apontasse os defeitos israelitas eram um deleite, tendo maior impacto nos dias atuais após Auschwitz.

A pergunta que faz este trabalho é: como História e Literatura se encontram para responder à pergunta “porquê os judeus?” Como *O Mercador de Veneza* atua como espaço de compreensão e problematização sobre o antissemitismo? Como o personagem Shylock espelha o estereótipo tradicional dado historicamente aos judeus? Nessa direção, objetiva-se compreender porque os judeus são constantemente vistos pela experiência dramaturga como mal absoluto por sua contínua representação negativa em cada período histórico. Como inquieta a filósofa judia Hannah Arendt, “porque os judeus?” é realmente difícil de se explicar.

Pretende-se, com essa pesquisa, reconhecer a dinâmica do passado antissemita pelo olhar shakespeariano presente no diálogo e comportamento dos personagens cristãos e Shylock. Dessa maneira, *O Mercador de Veneza* é uma forma de apontar as colocações dramaturgas na construção do estereótipo judeu e pelo preconceito sofrido numa ação histórica e pedagógica, sem esquecer da conexão que a peça traz na plateia em cada tempo-espaço¹.

¹ Contribuí no amadurecimento desses olhares sobre a obra a apresentação deste estudo em dois eventos de divulgação científica no corrente ano, sendo: *O antissemitismo manifestado em O Mercador de Veneza*, apresentado no I Simpósio de Direito, Cinema e Literatura (UNISAL); *Um estudo sobre o outro: o preconceito contra os judeus manifesto em O Mercador de Veneza de William Shakespeare*, apresentado no CICTED (UNITAU).

A leitura e análise crítica do tema proposto realiza-se a partir de uma pesquisa bibliográfica, com destaque para Anna Camati (2009), Daniel Souza (2012), Guy Boquet (1969), Hannah Arendt (2012), Harold Bloom (2000), Jacob Burckhardt (2009), Jacques Le Goff (1988; 2004; 2016), Jean Delumeau (2009), Nicolau Sevcenko (1999), Roger Chartier (2017), Sandra Pesavento (2003; 2012) e Silvio Paradiso (2012).

Este trabalho segue a linha teórica da História Cultural, presente na terceira geração dos *Annales*. O primeiro capítulo aponta as proximidades e conexões da História e Literatura, a linguagem de William Shakespeare como influência do teatro elisabetano renascentista e o estudo da mentalidade como modo de aprofundar essa linha tênue historiográfica sobre o medo do judeu. No segundo capítulo, desenvolve-se as questões históricas ligadas ao judaísmo que são espelhadas na obra; como o conceito do antissemitismo e as representações do judeu na sociedade, a religiosidade do dramaturgo que transparece na escrita dos personagens cristãos; o antagonismo religioso e econômico entre mercador e usurário e a presença dos judeus na Grã-Betanha, país do dramaturgo, e Veneza, cidade da obra. No terceiro capítulo, far-se-á análise de *O Mercador de Veneza* adotando um olhar histórico e shakespeariano sobre a construção do judeu como alvo do antissemitismo.

1. A LITERATURA COMO ACESSO À MENTALIDADE ANTISSEMITA

“Com efeito, não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa (pois bem que poderiam ser postas em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser de história, se fosse em verso o que eram em prosa) – diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder.”

(Aristóteles, “Poética”)

1.1. A literatura como relato do acontecimento histórico

A produção do conhecimento histórico seguiu novos rumos com a fundação dos *Annales* em 1929, por Marc Bloch e Lucien Febvre. Antes prevalecia uma visão positivista do século XIX, qual o historiador deveria ser nada além de neutro e analista de documentos sobre fatos passados dos grandes acontecimentos e heróis. Mas, com o movimento francês, houve abertura do leque de possibilidades do fazer historiográfico, com diferentes métodos para compreender o passado cujo olhar diferenciado se baseia nos vestígios da ação humana.

Seguindo com o estudo historiográfico, Paul Veyne faz uma metáfora florestal sobre a ampliação da *École des Annales*:

[...] Dedicou-se ao desmatamento das zonas vizinhas a essa clareira de acordo com esses pioneiros, a historiografia tradicional estudava, com demasiada exclusividade, os grandes eventos desde sempre reconhecidos como tal; fazia “história-tratados-e-batalhas”, cujos limites nem mesmo avistamos; o não-factual são os eventos ainda não consagrados como tais: a história das localidades, das mentalidades, da loucura ou da procura da segurança através dos tempos. Denominar-se-á, portanto, não-factual a historicidade da qual não temos consciência como tal [...], mas a escola e suas ideias provaram, suficientemente, a sua fecundidade (VEYNE, 1998, p. 20).

Essa fecundidade pode ser melhor vista durante a terceira geração dos *Annales* em 1968, com a História Cultural. Pesavento (2012) discursa que o objeto da História Cultural é decifrar

a realidade do passado por meio de representações discursivas e imagéticas pelas quais os homens expressavam a si próprios e o mundo, chegando até um reduto de sensibilidades e de investimento de construção do real que não são os seus do presente, abrangendo o trabalho do historiador para esmiuçar contradições e complexidades. Contudo, há algumas dificuldades:

[...] O historiador da cultura, ao trabalhar com a documentação literária, depara-se com a questão de que quase nunca é o primeiro leitor do documento, tendo de abordá-lo em diálogo com uma escala, um sistema de referências, uma história literária, que já classificou, hierarquizou as escritas, as obras e os autores. História que, geralmente, deixou tais operações deixando lacunas, dilacerando os significados, deslocando e subvertendo as significações, cabendo um novo olhar sobre este criar novas imagens e inverter outras (BORGES, 2010, p. 107).

Este novo olhar sobre o documento literário como fonte histórica far-se-á iniciar uma breve discussão sobre as proximidades e conexões da História e Literatura. A História, segundo Paul Veyne (1998), é um campo inteiramente indeterminado, com a exceção de que é preciso que tudo o que nele se inclua tenha, realmente, acontecido. Nessa relação com o real, Pesavento (2012) mostra que ela precisa estabelecer regimes de verdade e não certezas absolutas, desde que sejam cabíveis, comprovadas e universalmente aceitas. Esses regimes são dados a partir da interpretação, análise e indagação do historiador. A Literatura, em contrapartida, é “uma forma de ler, interpretar, dizer e representar o mundo e o tempo, possuindo regras próprias de produção e modos peculiares de aproximação com o real” (BORGES, 2010, p. 98) e também “sempre um registro privilegiado do seu tempo” (PESAVENTO, 2003, p. 40).

Paul Veyne faz um interessante diálogo entre História e Literatura dizendo que “o historiador para procurar formas de se aproximar o máximo possível do ocorrido “como se tivesse lá”, deve buscar ao que possa dar vida a isto, como diálogos autênticos, linguagens e costumes da época etc., o que aproximaria a história assim escrita da história romanceada” (VEYNE, 1998, p. 19), mas sem perder de vista o comprometimento histórico com o real. O cabível é compreender as questões que mobilizam os homens em cada tempo histórico, em que *O Mercador de Veneza* far-nos-á pontuar a construção do antissemitismo pelos seus discursos.

Nicolau Sevcenko mostra as condições e peculiaridades pelo uso da literatura como documento:

[...] Em primeiro lugar, eles permitem entrever a produção literária, ela mesmo como um processo, homólogo ao processo histórico, seguindo, defrontando ou negando-o, porém referindo-o sempre na sua faixa de encaminhamento própria. Nem reflexo, nem determinação, nem autonomia: estabelece-se entre os dois campos uma relação tensa de intercâmbio, mas também de confrontação. A partir dessa perspectiva, a criação literária revela todo o seu potencial como documento, não apenas uma análise das referências esporádicas e episódios históricos ou do estudo profundo dos seus processos de construção formal, mas como uma instância complexa, repleta das mais variadas significações e que incorpora a história em todos os seus aspectos, específicos ou gerais, formais ou temáticos, reprodutivos ou criativos, de consumo ou produção (SEVCENKO, 1999, p. 246).

Sandra Pesavento apresenta outra versão desse cruzamento:

[...] A Literatura é fonte para a História dependendo dos problemas ou questões formuladas. Se o historiador tiver preocupado com datas, fatos, nomes de um acontecido, ou se buscar a confirmação dos acontecimentos do passado, a Literatura não será a melhor fonte a ser usada... Mas se o historiador estiver interessado em resgatar as sensibilidades de uma época, os valores, razões e sentimentos que moviam sociabilidades e davam o clima de um momento dado no passado, ou em como os homens representavam a si próprios e ao mundo, a Literatura se torna uma fonte muito especial para o seu trabalho (PESAVENTO, 2003, p. 39).

De acordo com Roger Chartier (2017), a literatura é fiadora da existência de um passado que foi e não é mais, cujo discurso histórico encontra ali a referencialidade de seu objeto. Dessa maneira, as obras de ficção, ao menos algumas delas, também conferem uma presença ao passado, por vezes, mais poderosa do que os livros de história, por aprofundar outras visões e perspectivas intimistas que não cabem dizer. É neste momento que o historiador defende a ficcionalização como forma de se aproximar ao passado, pois neste caso, Shylock² não ser alguém real não tira seu significado complexo em ser judeu no contexto shakespeariano, ainda mais, por ser representado no teatro, próximo do cotidiano social elisabetano. Em suas distinções, a ficção é um discurso que ‘informa’ do real, mas não pretende depender inteiramente dele, enquanto a História pretende dar uma representação adequada da realidade que foi, mas já não é. A ficção, ao apropriar-se do que já aconteceu, ajuda a criar um dispositivo de ‘efeito de realidade’, produzindo uma ilusão referencial quando recria pelo imaginário um cenário e ideais da época que dão um peso de realidade histórica qual o real passa a emergir.

² Shylock é um dos principais personagens de *O Mercador de Veneza* e objeto de estudo desta monografia. Ele é um judeu usurário, que segundo Edinilson Silva, retrata o ressentimento do povo judeu da sociedade europeia pelas constantes afrontas e expulsões, mesmo sendo construído em um estereótipo ridicularizado.

[...] Nessa medida, é a História que formula as perguntas e coloca as questões, enquanto a Literatura opera como fonte. A Literatura ocupa, no caso, a função de traço, que se transforma em documento e que passa a responder às questões formuladas pelo historiador. Não se trata, no caso, de estabelecer uma hierarquia entre História e a Literatura, mas sim precisar o lugar de onde se faz a pergunta (PESAVENTO, 2012, p. 82)

Contudo, apesar da Literatura ser uma fonte valiosa sobre o passado, existe restrições, pois o historiador tem o peso de “desempenhar a fala autorizada sobre o passado” (PESAVENTO, 2003, p. 37), e ao considerar a área cultural como fonte, vê-se um campo fecundo e subjetivo de estudo, que emplaca diferentes métodos e sujeitos históricos, precisando ser seletivo e minucioso ao coletar suas fontes, problematiza-las e deixá-las compreensíveis. Entre suas múltiplas funções, “o historiador não é nem um colecionador, nem um esteta; a beleza não lhe interessa, a raridade, tampouco. Só a verdade” (VEYNE, 1998, p. 23).

Sua pesquisa precisa ser fundamentada, por isso recorre a “citações, referências e documentos que convocam o passado na escritura do historiador, demonstrando também sua autoridade” (CHARTIER, 1945, p. 28). Essas “citações não são apenas evidências do que ele andou pelos arquivos, e cumprindo o seu ofício, pesquisou as fontes documentais, mas também operam no sentido de atestar que esse historiador conhece e participa do diálogo científico e acadêmico de sua época” (PESAVENTO, 2012, p. 29). O leitor de um documento histórico pode conferir suas fontes se não tiver convencido, enquanto o literata tende cativar o público pelo impacto e coerência de sua escrita, sem obrigatoriedade de informar um fato real.

[...] A História como escritura desdobrada tem, então, a tripla tarefa de convocar o passado, que já não está num discurso no presente; mostrar as competências do historiador, dono das fontes; e convencer o leitor: Sob esse aspecto, a estrutura desdobrada do discurso funciona à maneira de uma maquinaria que extrai da citação uma verossimilhança do relato e uma validade do saber. Ela produz credibilidade (CHARTIER, 2017, p. 15).

Quando se relaciona a História com Literatura, por fim, não tira o crédito do saber histórico como ciência. Não se nega ao historiador o que foi exposto acima, pois é uma das formas qual amplia sua visão do passado, que tem se realizado em todas as épocas dentre seus significados e valores específicos. Sua escrita tem análise, especificidades, metodologia e um objetivo final, em que ele “é animado por esta busca de verdade, por este esforço de construção

de uma versão plausível, possível, verossímil de fato, com foros ou efeito de verdade” (PESAVENTO, 2003, p. 37) em todos os tempos.

Se tratando do autor, segundo Nicolau Sevcenko, é ele quem registra em sua obra “os fenômenos históricos [que] se reproduziram no mundo das letras, insinuando modos originais de observar, sentir, compreender nomear e exprimir” (1999, p. 237). A produção literária se incorpora através do processo criativo em que o autor está inserido, qual “lê-se a história simultaneamente ao ato de ler-se literatura, reproduzindo como que pelo avesso o movimento de quem fez história fazendo literatura” (1999, p. 241).

Esse ato simultâneo é observado no texto shakespeariano. No reinado de Elizabeth, o sistema patriarcal ainda era forte, mesmo com uma mulher no trono, alimentando pelos sentimentos controversos de declínio patriarcal tanto quanto ascensão do machismo. De acordo com Ludwig (2016), o povo tinha suas inquietudes pelo fato de Elizabeth ter reinado “sozinha” pela sua negação ao casamento, conseqüentemente, deixando o trono sem herdeiro aparente. Um dos medos dessa época era a destruição do principal símbolo da vida inglesa, a monarquia, cujo fato influenciava nos palcos de teatro a desordem causada pelo enfraquecimento do poder patriarcal causado pelas figuras femininas. Essa relação está em *O Mercador de Veneza* por Shylock e Jessica, pai e filha. Sua fuga³ e relação conflituosa com o pai mostra a decadência do poder patriarcal e mudança dos valores da Era Elisabetana. A “sua conversão ao cristianismo está bastante comprometida, porque no pensamento renascentista a mulher que não respeitasse um pai como soberano, não respeitaria Deus, tampouco o esposo” (LUDWIG, 2016, p. 589).

[...] Afinal, todo escritor possui uma espécie de liberdade condicional de criação, uma vez que os seus temas, motivos, valores, normas ou revoltas são fornecidos ou sugeridos pela sociedade a seu tempo – e é destes que eles falam. Fora de qualquer dúvida: a literatura é antes de mais nada um produto artístico, destinado a agradar e a comover, mas como se pode imaginar uma árvore sem raízes, ou como pode a qualidade de seus frutos não depender das características do solo, da natureza do clima e das condições ambientais? (SEVCENKO, 1999, p. 20).

³ A relação entre Shylock e Jéssica no livro é conturbada e marcada por poucos diálogos. Na parte da filha se mostra falta de pertencimento em sua casa e ao judaísmo além de pouco respeito e amabilidade pelo pai, quem não a conhece verdadeiramente, pois a tem como passiva e seguidora dos seus valores. Os únicos que eram dignos de desconfiança para Shylock eram os cristãos. Dessa forma, ele mal desconfia da reviravolta que ela lhe causa: fuge de casa com o cristão Lorenzo, roubando alguma das suas joias e se convertendo ao cristianismo.

Pela obra ter sido elaborada em discurso para fins teatrais, é posto em foco como o sujeito da história desenvolve a trama pela percepção dos homens na realidade. O escritor é quem atribui uma voz social aos personagens pelo processo discursivo, que liga a atribuição dos sentidos históricos e sociais existentes num contexto. Para Sevcenko, é pelo discurso que se abre um espaço de conflitos entre palavras e relações sociais, qual leva um maior significado pelo inconformismo religioso e econômico entre cristãos e judeus na peça:

[...] Todo discurso criativo assinala um ato fundador, na medida em que nomeia situações e elementos imprevistos, conferindo-lhes existência e lançando-os na luta por um espaço e uma posição, no interior das hierarquias que encerram as palavras encarregadas de dizer o mundo conhecido e compreendido. Produzir literatura criativa é por um gesto de inconformismo. Há, por essa razão, tensões tão fortes entre diferentes ordens de textos, como aquelas que se manifestam no interior das sociedades (SEVCENKO, 1999, p. 247).

Por fim, o estudo deste trabalho de graduação se direciona “pelos fatos [que] são considerados como individualidades, ou o são como fenômenos por detrás dos quais se procura uma constante escondida” (VEYNE, 1998, p. 17). A constante seria um fato que se repete, o antissemitismo, e a ótica escolhida para o conhecimento desse fenômeno é pela visão de Shylock. História e Literatura se cruzam na linha tênue de identificação sociocultural dos indivíduos dentro de sua própria esfera religiosa, qual o objetivo não está nos personagens em si, mas na forma como retratam as práticas e sensibilidade dos sujeitos do século XVI defronte ao *outro*. Como finaliza Sevcenko (1999), haverá outras formas de poder mais legítima aos olhos que a dos homens?

1.2. William Shakespeare como testemunha ocular de seu tempo

Na constância de sua vida pessoal, William Shakespeare nasceu em 1564, na cidade inglesa Stratford-upon-Avon. Seu pai tinha importante cargo no município, por isso, pôde “frequentar a partir dos sete anos a Grammar School local, fundada pela corporação de Stratford em 1553 e gratuita para os filhos de burgueses até os dezesseis anos” (BOQUET, 1969, p. 122), onde aprendeu “latim, literatura clássica, retórica e oratória” (LEÃO, 2009, p. 59). Todavia, não frequentou a Universidade pelo fato de sua família ter empobrecido, indo se juntar ao

serviço de luveiro com o pai. Nessa época, escrevia alguns versos e seu contato com teatro era através das representações das companhias que chegavam em sua cidade natal.

Por volta de 1586, Shakespeare mudou-se para Londres por situações pessoais e deixou a família para trás. Passou a guardar cavalos na porta do primeiro teatro londrino de James Burbage, qual prestava serviços nos bastidores. Sua conhecida casa de espetáculo Globe Theatre só foi construída conforme reconhecimento de suas peças como *Sonho de uma noite de verão* e *Ricardo II*. Foi assim o início de sua carreira teatral:

[...] Sua produção literária mais proeminente ocorreu com as peças que escreveu para serem encenadas no teatro, um divertimento em alta para a corte elisabetana, estudantes, trabalhadores e para os pobres da época. Muitos afirmam que apesar de escrever poemas, o gosto pelo drama aflorou por necessidades: e via fonte de renda nas peças encenadas no teatro; esse fato, porém, não desmerece o encantamento que sentia por esta arte (PARADISO, 2012, p. 219).

O teatro tinha grande importância nos séculos XVI e XVII, em que “se apoderaram do passado, deslocando para o registro da ficção literária fatos e personagens históricos e colocando no cenário ou na página situações que foram reais ou que são apresentadas como tais” (CHARTIER, 1945, p. 25). Shakespeare buscava atender “um público ideologicamente heterogêneo o máximo denominador comum dos elementos do pensamento elisabetano” (BOQUET, 1969, p. 54). Seu marco como uma das principais figuras do teatro é que ele alcançava a realização humana em seu extremo, “seja em termos estéticos, cognitivos, e, até certo ponto, morais, e mesmo espirituais. São obras que se colocam além do alcance da mente” (BLOOM, 2000, p. 6).

Durante o século XVI, o teatro também era usado tanto como meios de sustento como instituição política para propaganda do sistema monárquico. Mas também era um *hobby* para diverti-los, ainda mais tratando-se de Elizabeth I, marcada por impulsionar o mundo artístico em seu reino pelo período do Renascimento. No filme *Shakespeare Apaixonado (1998)*, a rainha mostra preferência pelas peças de comédia, como é classificada a peça aqui abordada, qual os donos das companhias pediam que, não importa o gênero escrito, precisava ter algo que a fizesse rir. O filme “conta uma visita da rainha Elizabeth ao teatro público, algo sem qualquer base histórica” (LEÃO, 2009, p. 58), pois era o teatro que ia à rainha, não o contrário, e apenas se tinha provas de pagamento por apresentação na corte. Havia uma relação de reciprocidade entre os governantes e a população pelo homem do teatro, pois segundo Boquet (1969),

Shakespeare mantinha uma boa relação com as autoridades como forma de preservar a harmonia inglesa e as ordens sociais, mesmo se despojasse em aparências falaciosas sobre a rainha, ao contrário de Christopher Marlowe⁴, seu contemporâneo e concorrente. Portanto, “poder-se-ia argumentar aqui que toda a Europa produziu apenas um Shakespeare e que tal gênio constitui um raro presente dos céus” (BURCKHARDT, 2009, p. 290), por ter tido as condições culturais necessárias para desenvolver o drama em sua perfeição pelo florescimento do teatro inglês dado pela rainha Elizabeth I.

Segundo Bloom (2000), a grande sacada do dramaturgo era a forma qual seus personagens iam se transformando pelas inquietações interiores, pois escutavam sua própria voz falando consigo mesmos ou com terceiros, sendo tão distintos e individuais entre si que não há nada senão admiração pela sua genialidade. Sua linguagem era de um “conhecedor da natureza humana em toda a diversidade existencial de suas condições sociais” (BOQUET, 1969, p. 67), transitando do bem ao mal, qual a mudança de seus personagens era “provocada não apenas por falhas de caráter ou por corrupção, mas também pela vontade própria” (BLOOM, 2000, p. 8). Podemos ver notoriamente essa questão em Shylock, cujo é interpretado de várias formas, indo de vilão avarento para vítima que é cuspidada pelos cristãos. Por essa razão Shakespeare é aclamado pela plateia e pelos leitores pós-shakespearianos, pois “sabia agradar todas as classes e gostos, colocando ação e sangue em seus dramas, humor e palhaçada, bem como assuntos amorosos, canção e dança e, como ninguém usar a linguagem para encantar e convencer” (PARADISO, 2012, p. 219). Além disso, ele transitava entre várias personalidades e situações por “ser contemporâneo em uma época em que a Europa se encontra em um período de mutação como no século XVI” (BOQUET, 1969, p. 84).

Entre o temário das peças há “dez obras que, seguindo a ordem cronológica dos reinados, conta a história da Inglaterra desde o rei João até Henrique VIII” (CHARTIER, 2017, p. 25). Parte da categoria *histories*, “não devem ser pensadas apenas como simples recriações históricas, com o mérito adicional de exaltar o sistema monárquico vigente” (PARADISO, 2012, p. 219). Logo após, tem sua segunda fase de 37 peças teatrais, discorrendo entre um herói malgrado em busca de vingança até um amor forte e trágico que é impedido por tradicionais famílias inimigas. Tinha a perspicácia em retratar as figuras características do cenário europeu como reis, rainhas, soldados, heróis, mulheres travestidas, condes, nobres, padres, mercenários,

⁴ Dramaturgo inglês nascido também em 1564. Sua principal obra é “Doutor Fausto”, sua vida é marcada por acusações em relação ao reinado de Elizabeth I. Morreu precocemente aos 29 anos por uma suposta briga.

usurários e mercadores. Os ambientes que os sujeitos desenvolviam seus atos e relações se posicionavam entre as tavernas, tribunais, praças, igrejas, *front* de guerra, bailes, casebres e castelos com suas sacadas ordenadas, oriundos de seu imaginário inglês.

Portanto, vê-se que Shakespeare não entrava em conflito com os ideais elisabetanos. No tocante a questão judaica, objeto deste estudo, o preconceito contra este “povo maldito” era recorrente pela população inglesa no contexto europeu de perseguição e exclusão dos judeus. Para essa colocação, é essencial ter em mente que, tendo a literatura com fonte, o historiador se volte para saber sobre quem fala, de onde fala e que linguagem usa para maior entendimento das condições e relações históricas vistas na sua produção (BORGES, 2010). Outro fator é que a literatura traz o diálogo de sua época, porém, o teatro é puro nas situações cotidianas pelo propósito de retratar a realidade de sua plateia, sendo assim, *O Mercador de Veneza* é uma fonte histórica valiosa para captarmos os fragmentos da narrativa antissemita do século XVI.

1.3.A mentalidade e o medo diante o judeu

O estudo das mentalidades nesse capítulo se debruça pelo envolvimento historiográfico e religioso, pois, segundo Jacques Le Goff (1988), Deus e o Diabo são o canto profundo das mentalidades e o tecido conjuntivo do espírito das sociedades. Isto é manifestado em *O Mercador de Veneza* quando os personagens resumem os significados conflitantes sobre o judeu ser considerado um agente satânico. A mentalidade é um estudo de longa duração, e deste modo, um estudo estrutural – e nada durou tanto quanto o sentimento antissemita visto desde os romanos na Antiguidade até o fatídico massacre de milhões de judeus mortos pelo partido nazista no século XX – cujo historiador Robert Wistrich⁵ faz a colocação em que o ódio letal contra os judeus quiçá seja o mais prolongado dos ódios em diversas circunstâncias e situações em cada tempo e espaço.

Sendo estudada desde a primeira geração dos *Annales* e ampliada na História Cultural, “a mentalidade era uma maneira de ser, um conjunto de valores partilhados, não racionais, não conscientes, e de uma certa forma, extraclasse [...] falava-se de permanências mentais e de

⁵ Ver em: <http://www.morasha.com.br/antissemitismo/sobre-o-odio-aos-judeus.html>. Acesso em: 21 de jun. de 2020.

sentimentos que atravessaram épocas e culturas” (PESAVENTO, 2012, p. 17). De acordo com Le Goff (1988), ela está ligada aos gestos, comportamentos e as atitudes no individual, mas principalmente, no coletivo, quando por sentimentos e ideias em comum. Além disso, os resquícios medievais presentes na peça shakespeariana carregam diversas mudanças significativas no campo mental que derivam da questão material, ou seja, o capitalismo florescendo na relação entre mercador e usurário e pelo papel econômico israelita como prestamista/banqueiro. Esse debate é ressaltado pois tudo que é analisado pela mentalidade e imaginário nasce na vida material, mesmo que o subjetivo do inconsciente rodeie uma vida coletiva. Ressalta José D’ Assunção Barros:

[...] Não são portanto os domínios privilegiados pelos historiadores das mentalidades que definem o tipo de história que fazem, mas sim, a dimensão da vida social para a qual os seus olhares se dirigem: o universo mental, os modos de sentir, o âmbito mais espontâneo das representações coletivas e, para alguns, o inconsciente coletivo (BARROS, 2005, p. 3).

Segundo Jacques Le Goff, fazer história das mentalidades é inicialmente realizar alguma leitura de não importa qual documento, pois tudo é fonte para seu estudioso. *O Mercador de Veneza* entra nessa questão pois as mentalidades também “é constituída pelos documentos literários e artísticos. História não de fenômenos “objetivos”, porém, da representação desses fenômenos, a história das mentalidades alimenta-se naturalmente dos documentos do imaginário” (1988, p. 76), pois o historiador vê por trás das motivações não aparentes de tal fato histórico, como os detalhes minuciosos e significativos pelas atitudes adotadas pelos homens e a psicologia coletiva da sociedade no seu íntimo. O intelectual francês mesmo complementa na sua obra que, além das motivações econômicas e políticas, o que seria da cruzada sem uma certa mentalidade religiosa? Visto no clássico shakespeariano, além da divergência econômica entre mercador e usurário, o que mais motivaria o ódio de Shylock e Antônio⁶ senão a mentalidade religiosa?

Um comportamento mental que pode causar a intolerância é o medo, como estudado por Jean Delumeau. O medo é uma emoção-choque provocada pela consciência de um perigo presente e urgente que ameaçam a conservação de algo, no qual o judeu era temido pelo cristão

⁶ Antônio é um mercador cristão, personagem que carrega o nome da peça, disposto a sacrificar pelo seu amigo Bassânio na tênue impressionabilidade do “homem bom”, mesmo que cuspa no personagem judeu.

ocidental como quem colocaria em risco não só sua integridade religiosa, como toda vida em sociedade, pois a própria doutrina católica carecia de uma centralização no discurso e prática. Quando um medo se atrela ao coletivo diante de algo ou alguém, causava essa emoção-choque reverberando num pânico que o povo entrava em neurose e/ou tornava-se agressivo. Aqui o historiador diz sobre o medo pelo “satã”:

[...] A identificação dos dois níveis de medo conduz assim a apresentar face a face duas culturas das quais cada uma ameaçava a outra e nos explica o vigor que não só a Igreja, como também o Estado (estritamente ligado a ela) reagiram, num período de perigo, contra o que pareceu à elite uma ameaça de cerco por uma civilização rural e pagã, qualificada de satânica (DELUMEAU, 2009, p. 45).

Delumeau (2009) trata de dois polos mentais e psíquicos que podem ser atribuídos ao antissemitismo. O temor, espanto, pavor e o terror dizem mais respeito ao *medo* do conhecido – sentimento que criava marcações simbólicas nos judeus como feito no Concílio de Latrão (1179)⁷ e também acarretou na criação do *ghetto veneziano* –. Já a inquietação, ansiedade e melancolia dizem respeito a *angústia* ao desconhecido – cuja inquietude era pelos judeus oferecerem perigo iminente se conviverem no mesmo local ou perderem o estereótipo qual permite reconhecê-los pela mentalidade cristã –. Esse medo e angústia são “longas permanências no âmbito dos modos de sentir, produtoras de medos coletivos que em algumas ocasiões eram manipulados pelos donos de poder” (BARROS, 2005, p. 10), quais eram os cristãos, e particularmente no caso inglês, os protestantes.

Outro desdobramento da psique histórica é o imaginário, entendido nos *Annales* como “um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo” (PESAVENTO, 2012, p. 23). Pelo imaginário, as pessoas se ligam no fio que conduzem sua existência, e assim, nenhum povo vive fora do seu. Por essa razão, a literatura se insere no saber histórico pela representação que faz do mundo que foge da fantasia para o mundo concreto, em que Shakespeare insere as questões inerentes do seu cotidiano no mundo das letras, qual é o preconceito contra os judeus. Dessa maneira,

⁷ Segundo Jacques Le Goff (2016), o Terceiro Concílio de Latrão obrigava que os judeus usassem rodela amarela na cabeça para sua diferenciação, para que assim os “bons cristãos” se afastassem.

[...] O imaginário é histórico e datado, ou seja, em cada época os homens constroem representações para conferir sentido ao real. Essa construção de sentido é ampla, uma vez que se expressa por palavras/discursos/sons, por imagens, coisas, materialidades e por práticas, ritos, performances. O imaginário comporta crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores, é construtor de identidades e exclusões, hierarquiza, divide, aponta semelhanças e diferenças no social. Ele é um saber-fazer que organiza o mundo, produzindo a coesão ou o conflito (PESAVENTO, 2012, p. 23).

Assim, “a história das mentalidades não pode ser feita sem estar estreitamente ligada à história dos sistemas culturais, sistema de crenças, de valores, de equipamento intelectual no seio dos quais as mentalidades são elaboradas, viveram e evoluíram” (LE GOFF, 1988, p. 78). Tendo em vista a fecundidade da História Cultural, a mentalidade e o imaginário são indissociáveis para esmiuçar qual razão e circunstância está detrás do antissemitismo manifesto no judeu usurário Shylock, tendo em vista que a sociedade da época era, em grande parte, cristã.

O vislumbre shakespeariano em *O Mercador de Veneza*, por fim, permeia entre suas próprias crenças até a sensibilidade do escritor para perceber no interior da sociedade um antijudaísmo marcante que constringia o pensamento dos homens com aversão e angústia diante este povo perseguido. Ele foi fruto de seu tempo, quiçá, de forma similar que um historiador vive de contexto. É nessa premissa que seguiremos no próximo capítulo.

2. QUESTÃO HISTÓRICA DE *O MERCADOR DE VENEZA*

2.1 O antissemitismo

Hannah Arendt (2012) caracteriza o antissemitismo, antes do século XIX, como ódio contra os judeus⁸ inspirado no antagonismo de duas crenças religiosas, fato acentuado nas perseguições aos judeus pelas Cruzadas. Isto se atribui pois “antes dos nacionalismos forjados pelo século XIX, os povos não se sentiam realmente ligados senão em um sentimento de vinculação religiosa” (DELUMEAU, 2009, p. 459). Na Renascença, período da obra, Jean Delumeau ressalta que o antijudaísmo assumiu características unificadas, teorizadas, generalizadas e clericalizadas; tendo os cristãos maior medo dos judeus. Sendo rebaixados como párias de natureza inferior, foi se construindo nos praticantes do judaísmo a imagem do mal absoluto, alastrando pelo globo um ódio intrincado que, ao trabalho do historiador, tornara uma tarefa instigante e assustadora para descobrir quais razões desse sentimento. Nessa direção, pela reflexão cujo testemunho shakespeariano nos oportuna, *O Mercador de Veneza* pode apontar alguns dos caminhos. Como conceito:

[...] As fases do antissemitismo vão do simples desprezo pela cultura e aparência dos judeus até as concepções mais abstratas sobre a origem maligna da raça. Há em alguns discursos mais radicais a ideia de que o judeu participa, como que por essência, do mal do mundo, isto é, em todas as tramas malignas da história a participação dos judeus seria um fato. Alguns antissemitas parecem acreditar que existe um ente metafísico que impele o judeu a praticar o mal em todas as circunstâncias, ainda que para tanto deva destruir-se a si mesmo [...]. Desta conclusão até a ideia de que a eliminação desta raça significaria um bem para a humanidade é um passo curto. Esta concepção parece estar na base das ações de extermínio da chamada “solução final” adotada pelo Terceiro Reich na “Segunda Grande Guerra” (RODRIGUES, 2016, p. 165).

⁸ O judaísmo remonta à Terra de Israel ou Palestina que foi prometida por Javé para o pastor Abraão no livro do Gênesis. Seu monoteísmo é de um Deus grandioso e Senhor absoluto que libertou o povo do faraó por meio de Moisés. Os judeus se identificavam como “eleitos” de Deus e o Torá e Talmud eram seus principais livros sagrados. Segundo Hannah Arendt, dois elementos eram básicos da fé judaica: esperança num Messias e a crença na eleição de Israel.

O ódio religioso do antijudaísmo foi então se deflorando no antissemitismo no século XIII, englobando aspectos também econômicos, políticos e ideológicos. Mas seja qual motivo que encaixa esta visão paradoxal, o judeu era enxergado como conspirador e destrutivo, sinônimo de “desumanidade, cobiça, insolência, servilidade bajuladora e a determinação de vencer” (ARENDDT, 2012, p. 108), que se adequa as características de Shylock. Esta atribuição só foi possível pois “no século XVI, esse fator⁹ religioso tornou-se o elemento motor, a característica dominante do antijudaísmo ocidental. O judeu foi então “uma das faces do diabo” (DELUMEAU, 2009, p. 417), e conseqüentemente, essa mentalidade preconceituosa recaiu na escrita shakespeariana que, durante a obra, chamava o israelita de diabo pelos personagens.

Segundo Hannah Arendt, alguns “judeus-exceção” eram mantidos na sociedade por cada monarca da Europa que “possuía seu judeu da corte para administrar as finanças” (2012, p. 42) – como visto em Shylock e Barrabás –, além da função de banqueiros, médicos, intelectuais e até em cargo de primeiro-ministro no caso de Benjamin Disraeli durante a era vitoriana. Entretanto, suas atividades laborais eram marginalizadas daquelas não praticadas pelos cristãos, sendo vigiados sob “casca grossa” e, se ocorresse alguma controvérsia, eram os primeiros acusados, como no Caso Dreyfus¹⁰ em 1894. Pois como observado por Disraeli, “‘não há raça atualmente [...] que tanto deleite e fascine e enalteça e enobreça a Europa como os judeus’, se tornava particularmente verdadeira em tempo de perigo” (2012, p. 138). Mas isso apenas quando era permitido sua mera existência em certas nações.

[...] Usurários ferozes, sanguessugas dos pobres, envenenadores das águas bebidas pelos cristãos: assim os imaginam frequentemente os burgueses e o povo miúdo urbano no final da Idade Média. Eles são a própria imagem do “outro”, do estrangeiro incompreensível e obstinado em uma religião, dos comportamentos, de um estilo de vida diferente daqueles da comunidade que os recebe. Essa estranheza suspeita e tenaz aponta-os como bodes expiatórios em tempos de crise (DELUMEAU, 2009, p. 415).

Mas porque os judeus? Porque a sociedade mal chegava a retaliar contra as atrocidades sofridas? Talvez nenhuma resposta seja realmente suficiente, porém, o antissemitismo se

⁹ Jean Delumeau refere-se à relação entre cristãos e judeus entorno da assimilação.

¹⁰ Sobre este assunto, consultar Arendt (2012): O caso se trata de Alfred Dreyfus, um oficial judeu do Estado-Maior francês que foi acusado e condenado por espionagem em favor da Alemanha. Foi deportado para Ilha do Diabo perpetuamente de forma unânime. Mas o real culpado da espionagem foi Walsin-Esterhazy, e o *bordereau* que culpava Dreyfus foi forjado pela sua fácil culpabilização. O julgamento foi alongado até chegar nesse resultado, envolvendo vários jornalistas e autoridades, como o futuro primeiro-ministro francês Clemenceau.

tornara tão popular e abrangente, que era intrínseco da atitude social em relação aos indivíduos de origem judaica. Bastava procurar quem pudesse fornecer escapatória dos problemas do mundo – como a peste negra, incêndio de cidade, aumento de imposto, água envenenada –, ou seja, não importava o “tamanho” do problema, a chave central que causou tais incômodos estava nos judeus, verdadeiros bodes expiatórios para diferentes situações. Tinha certa crueldade envolvida em um reflexo psicológico que misteriosamente levava a sociedade consentir com as ofensas e expulsões consecutivas sem pestanejar, cujo ódio arraigado foi aproveitado pelas autoridades políticas e religiosas para repercutir a máquina do terror (ARENDDT, 2012). Neste terror, quando não eram exonerados ou massacrados, foram segregados em lugares insalubres do gueto, instaurado o “grande confinamento”, cuja história foi feita por Michel Foucault, no que diz respeito aos loucos (LE GOFF, 2016, p. 310), cujo partido nazista teve suas bases medievais nos *guettos* que levaram ao genocídio de 6 milhões de judeus no século XX. Dizer que a história se repetiu seria um eufemismo diante a desumanização judia e mortes violentas planejadas para a “Solução Final” de Adolf Hitler, que demonstra como o antissemitismo foi “evoluindo” em sua construção preconceituosa e destrutiva.

Isto posto, questionamos ainda mais: Se os alemães não houvessem “fechado os olhos” e entregue os judeus para os nazistas, poderiam não haver tantos mortos no genocídio do Holocausto? William Shakespeare talvez teria repercutido o antissemitismo por não evitar refletir o estereótipo negativo em Shylock? Pois seja qual for a resposta, o papel do judeu na sociedade era ambíguo, ficando entre detestá-los e admirá-los, entre atração e pavor, em que tê-los distante era preciso, mas também era bom tê-los em alcance (LE GOFF, 2016). Era um olhar heterogêneo, complexo, encantador, preconceituoso; seja em qualquer direção, a atenção estava direcionada aos judeus, em uma espécie de antissemitismo eterno que os culpavam por muito.

Jean Delumeau aponta a hostilidade vista como universalmente aceita:

[...] Foi coerente, sistemática, doutrinal e fez aparecerem como lógicas as perseguições sucessivas de que os judeus eram vítimas no tempo e espaço. Povo maldito – e que desejara sua maldição no momento da condenação de Jesus –, estava destinado ao castigo. Obstinado em seu pecado, continuava a acrescentar a seu crime inicial o do caráter empedernido. Merecia portanto as punições em cadeia que sofria e que só terminariam no fim dos tempos, e especialmente essas expulsões contínuas de um lugar a outro que deram origem à lenda do “judeu errante” (DELUMEAU, 2009, p. 436).

Em *O Mercador de Veneza*, esses discursos odiosos destinados ao judeu maldito são vistos na perspectiva dos personagens cristãos Antônio, Graciano, Bassânio, Pórcia, Launcelot, Lorenzo, Salarino, Salanio e o Doge. Mas, este sentimento antijudaico foi, principalmente no medievo, alimentado pela cristandade. Sendo assim “não é exagerado dizer que a Igreja foi a principal ou mesmo a única responsável pela multidão de sevícias sofridas pelos judeus no decorrer da Idade Média” (DELUMEAU, 2009, p. 415). A Igreja Católica influenciava dentre todos aspectos da vida cotidiana, na coroação dos reis até ao modo de agir, dessa forma, sua atuação era religiosa e ideológica. Conforme foi perdendo seu poder na transição para a Renascença, foi disseminado o medo dos hereges pela visível fragmentação da ordem, cujos judeus estão inseridos pelos seus ideais extraviados e perturbadores da ordem cristã, elaborando Concílios e Inquisições para evitar essa desintegração religiosa (LE GOFF, 2016). E, mesmo que os judeus se convertessem com águas batismais, não eram totalmente dignos de confiança pelos “velhos cristãos”, pois poderiam se desvirtuar em direção ao seu comércio e Talmud novamente pela “perversidade instigadora” do judaísmo, assim como eram suspeitos de causarem crises e pestes por sua Terra Santa. Outro fator, como sugerido por Jean Delumeau, seria que os guetos não solucionavam a preocupação em miscigenar a população, já que luz do dia ainda participavam do mesmo espaço por serem maioria dos habitantes. Foi nessa percepção que foram expulsos da Inglaterra em 1290 e rigidamente isolados em Veneza. Dessa maneira,

[...] Sempre havia um motivo seja demográfico ou econômico que justificava as perseguições, os massacres, as expulsões e as conversões forçadas que seguem a história judia, seja a fome dos pequenos pastores no sul da França, os massacres da peste negra na Alemanha, a recessão no reinado de Fernando e Isabel na Espanha e a queda econômica vivenciada em Veneza em 1559 que culminou na guerra contra os turcos em 1570. Vendo dessa forma, é perceptível que os judeus não foram considerados bodes expiatórios apenas com Hitler, que essa intolerância iniciada nas cruzadas quando os soldados diziam que “era injusto deixar viver em sua pátria inimigos de Cristo”, ao passo que eles próprios pegavam em armas para expulsar os infiéis. Começaram a se proliferar os boatos deicidas, concílios, crises e guerras intensificaram maior medo pelo perigo judeu, se tornando por razões em sua maioria, religiosa, inimigos internos, acrescentado pela cristianização acompanhada de denúncias e ofensas ao povo semita entre os séculos XIII e XVII. (DELUMEAU, 2009, p. 421-22).

E, dessa intolerância cristã, chegamos na segregação judaica que, após ser forçada, foi forjada pelos próprios. Shylock constantemente refere a si e seu povo como “tribo”, estando fechados em uma comunidade unida praticamente como laço de sangue, pois estava intrínseco

que o judaísmo estava no modo de agir, no orgulho de serem o “povo eleito” e “sal da terra”. Sendo a minoria, alguns incorporavam certa vingança contra quem lhes faziam mal para se protegerem, assim como Shylock fez, pois viam nos cristãos eterno ódio e desconfiança. Como abordado por Jean Delumeau, vê-se que o preconceito tinha dois lados:

[...] Mas por que a cristandade militante da época devia ser antijudia? Essa intolerância por um acaso não seria uma resposta a outra intolerância? [...] A atitude judia na época da Renascença não era de modo algum “pacífica” e acolhedora. Ao contrário, a “civilização” judia mostrou-se então “ativa, pronta ao proselitismo e ao combate”. O gueto não foi “apenas o símbolo da prisão onde os judeus foram encerrados, mas também a cidadela para onde se retiraram por si mesmos para defender suas crenças e continuidade do Talmud.” A intolerância judia teria sido, no limiar do século XVI, “maior que dos cristãos” (DELUMEAU, 2009, p. 460).

Conforme Rodrigues (2016), Sartre leva-nos a refletir o antissemitismo como modelo do preconceito que aponta para o medo da realidade multicultural da existência humana que se amedronta diante o desconhecido. Como a realidade está marcada essencialmente por perspectivas heterogêneas, o antissemita, e todos aqueles que se comportam como ele, temem a diferença pois não conseguem lidar com o estranho. O conflito do ódio religioso entre Antônio e Shylock derivam do paradoxo identitário em relação à alteridade, sendo que:

[...] A alteridade, por sua vez, se revela por também diferentes formas: os outros são, também, muitos, e podemos conviver com eles em termos de admiração ou emulação, de sedução ou desejo, de estranhamento e distância ou, no seu caso-limite, em termos de negação. Nesse caso, estaríamos diante da modalidade perversa da alteridade. A exclusão é, no caso, condição atribuída, que nasce do gesto, da palavra e do olhar de quem designa o outro. Ela se faz acompanhar da rejeição, do estigma e do preconceito, negando um lugar social de reconhecimento a este outro. Os excluídos, por seu lado, podem experimentar processos reativos a esse fenômeno, articulando identidades próprias, face ao mundo dos incluídos que os rechaça (PESAVENTO, 2012, p. 55).

Dessa maneira, este outro como alteridade perversa, sequer feito de carne e osso levou a exclusões tão violentas, tal como o antissemitismo, que é preciso apontar significâncias e motivos por detrás desse preconceito para que não seja alvo negacionista. Vê-se que “tanto no mundo da vida, quanto no mundo da arte, o acabamento é sempre dado pelo outro, pelo diferente, que consegue ver o eu a partir de outra perspectiva, que o eu não possui. Sem a alteridade, sem a ação desse outro que responde aos enunciados, não há acabamento estético,

não há identidade” (BAKHTIN *apud* SOUZA, 2012, p. 20), e é este outro que Shakespeare reflete no seu mundo teatral ao apontar as diferenças religiosas, étnicas, culturais e econômicas. Finalizando a reflexão com Hannah Arendt, grande teórica do antissemitismo; a obscura, porém simplória resposta sobre *porque os judeus?* é a eterna hostilidade. Eterna de fato, pois o antissemitismo vagueia nas obras literárias, pelas sombras e clarões nos dias atuais, assim como o povo israelita permanece segregado. Deixo uma questão: teria volta para essa exclusão?

2.2. A religiosidade presente em William Shakespeare

William Shakespeare trazia consigo um timbre genial e sentimentalista sobre os seres humanos e o que lhes cercavam, porém, tornava difícil a tarefa de interpretá-lo, principalmente no que diz respeito às suas crenças pessoais. Ele não foi como Dante Alighieri¹¹ que acentuava sua fé cristã pelo seu conteúdo temático do inferno ao céu. Shakespeare foi testemunha de profundas mudanças religiosas decorrentes da Reforma Protestante e Anglicana, assim, sua estratégia era moldar a crença de seu personagem de acordo com as tradições do país cujo escrevia tal peça. Para Bloom (2000), ele tinha uma noção de universalismo que era global e multicultural, e a sua fé era pincelada nas entrelinhas.

Sendo a temática religiosa um aspecto central do objeto deste trabalho de graduação, é preciso esmiuçar as crenças pessoais de William Shakespeare. Para Guy Boquet (1969), Shakespeare lia muito a Bíblia por ter facilidade com o latim e pela influência de sua família, que permaneceu católica mesmo no auge do puritanismo inglês. Tinha também influência de professores jesuítas pelo seu período escolar. Antes de se aposentar, comprou a Gatehouse (esconderijo), “um notório centro de atividades católicas clandestinas em Londres” (SALAI, 2019)¹² deixando na mão de um clérigo para que as atividades permanecessem, mostrando sua simpatia pelo catolicismo.

¹¹ Jacob Burckhardt faz referência a fé de Alighieri em sua obra: “O mundo não criado nem governado por Deus, tanto quanto o objetivo mesquinho da existência que parecia ser o suporte desse sistema filosófico, não poderia ser mais avesso à natureza de Dante” (2009, p. 433).

¹² Ver em: SALAI, Sean. *Professor defende que a fé católica de Shakespeare é refletida em sua obra*. Dom Total, 2019. Disponível em: <<https://domtotal.com/noticia/1393679/2019/10/professor-defende-que-a-fe-catolica-de-shakespeare-e-refletida-em-sua-obra/>>. Acesso em: 22 de maio de 2020.

Contudo, há algumas controvérsias. Shakespeare não deixou muitas evidências de sua vida pessoal fora documentos de ordens oficiais e biografias que começaram a ser elaboradas a partir do século XVIII que apresentam alguns pontos soltos, chegando até a duvidar de sua existência ou que outra pessoa, como Christopher Marlowe, estivesse por trás de suas peças. O questionamento de sua verdadeira fé está entre elas, como William Henry Ireland que alegava ter descoberto “uma declaração na qual Shakespeare dizia ser protestante” (LEÃO, 2009, p. 58), e a “tese de um Shakespeare materialista ateu quase não encontrou adeptos exceto alguns marxistas” (BOQUET, 1969, p. 124). O que se tem sobre sua religião é baseado em sua família, alguns documentos e testemunhos, biografias que se contradizem e na linha tênue de suas peças.

[...] Shakespeare viveu a inquietude de uma época em busca de um novel humanismo no seio de uma sociedade em movimento. Dramaturgo elisabetano, ele reflete toda uma polifonia metafísica, do cristianismo em curso de mutação regeneradora para um neoplatonismo tinto de ocultismo, representando este ou aquele tema, segundo necessidades propriamente dramáticas: é tão inútil dissertar sobre a danação eventual de Romeu e Julieta, cujo suicídio é afirmação dionisiaca do poder do amor, a apoteose de Cleópatra é assunção pagã, quanto imaginar um Shakespeare agnóstico positivista, totalmente estranho à tradição religiosa de seu tempo, e até anticristão (BOQUET, 1969, p. 54).

Guy Boquet diz “se ele atenua em *Rei João* o anticatolicismo de sua fonte e se não vê os monges com olhar anticlerical em *Romeu e Julieta*, parece condenar a casuística jesuíta em *Macbeth*, e ignorar o purgatório em *Hamlet*” (1969, p. 123). Segundo Miola (2008)¹³, quando Shakespeare aborda na peça de *Henrique VIII* sobre a primeira esposa, Catarina de Aragão, a retrata como uma injustiçada, heroica e santa rainha. Ainda na mesma peça sobre o rei que rompeu com Roma, é levantado o questionamento se estaria exaltando a “Reforma Protestante ou a deformação protestante?” Isto se deve pois o protestantismo era frequentemente abordado nas peças elisabetanas, marcado por certa perseguição e aprisionamento dos católicos, qual a propaganda protestante se direcionava para agradar a rainha. Trazer uma visão de mundo catolicista em seu reinado não era ideal, e até mesmo ilegal. Por esse motivo que montava suas peças em lugares como a Itália, onde poderia retratar positivamente os cristãos, e não tratar

¹³ Ver em: MIOLA, Robert. A religião de Shakespeare. 2008. Disponível em: <<http://questadeconfianca.blogspot.com/2008/06/religio-de-shakespeare.html>>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

especificadamente sobre a unificada política inglesa. Retratando a peça em Veneza, o dramaturgo poderia escrever sobre os “bons cristãos” e usufruir do *guetto* que traz “tolerância”.

Vê-se que, na maioria de suas peças, o bardo buscava interpretar a fé de acordo com o público (principalmente a Corte) e o que lhe convinha nas histórias, porém, é impossível negar a influência catolicista em algumas delas, enfaticamente em *O Mercador de Veneza*. O pesquisador Joseph Pearce, que estuda a religião de Shakespeare, defende que “seja consciente ou inconsciente, intencional ou não intencional, uma obra de arte sempre incorpora e encarna, em certo sentido, as crenças mais profundas de um autor” (SALAI, 2019). Sendo assim, é inegável sua educação e crença catolicista quando retrata os heróis e heroínas normalmente cristãos autênticos como em *Macbeth*, *Hamlet*, *Rei Lear* e *O Mercador de Veneza*. Este último é visto em Antônio, como o cristão de boa-fé, generoso e disposto a sacrificar a própria vida pelo amigo. Então, seja católico ou protestante, é inevitável a influência do cristianismo nas peças shakespearianas, e mesmo em sua “fase de ceticismo na época das tragédias [ele] volta ao catolicismo inicial” (BOQUET, 1969, p. 124).

2.3. Antagonismo religioso e econômico entre mercador e usurário

A peça traz outra divergência entre o *eu* e o *outro* pelos conflitos morais acerca da prática usurária, em que “o instrumento de trabalho para o primeiro era o motivo de desprezo para o segundo” (SOUZA, 2012, p. 34). Shylock faz alusão bíblica para justificar sua ocupação econômica justamente pelo fato de Antônio discriminá-las e por tentar “atrapalhar” seus negócios, mas é para seu empréstimo que o mercador recorre para ajudar Bassânio. Então qual é a história atrás desse antagonismo? Por que o papel de usurário era atribuído aos judeus?

De acordo com Le Goff, “a usura é a arrecadação de juros por um prestador nas operações que não devem dar lugar ao juro. Não é, portanto, a cobrança de qualquer juro. Usura e juro não são sinônimos, nem usura e lucro: a usura intervém onde não há produção ou transformação material de bens concretos [...]. Se trata do estatuto do dinheiro” (2004, p. 14). Ou seja, o único meio de exercer a usura era através do valor monetário que estava se delineando a partir do século XIII. Os juros não eram consequência, e sim; parte do empréstimo. Tornar-

se-ia a usura o “parto do capitalismo”, pois tal prática era um impulso econômico pelo desenvolvimento do comércio de frente as mudanças que deixavam o sistema feudal para trás.

Mas havia um paradoxo na condição de usurário. Pela mentalidade cristã da época perpetuar que a vida cotidiana deveria ser de subsistência ligada apenas à necessidade humana, já que a prioridade era dedicar-se à reza, agricultura e vida familiar; somente o termo usurário causava calafrios pela obtenção do lucro através do empréstimo. Entre as profissões consideradas indignas e impuras para a cristandade ela se destacava, pois viam-na como porta dos vícios mundanos e pecaminosos que distanciavam o indivíduo de sua fé, sendo referenciada como “mais do que um crime, é um pecado” e que “recusado à terra cristã, o cadáver do usurário impenitente é sepultado sem demora e para sempre no inferno. A bom entendedor, a salvação! Usurários! Eis o vosso destino” (LE GOFF, 2004, p. 11-23). O tempo de Deus não podia ser vendido; e os prestamistas tomavam vantagem desse tempo sagrado, sendo que “três textos bíblicos (Ex 22,25; Lv 25,35-37; Dt 23, 19-20) condenavam o empréstimo a juros entre judeus” (LE GOFF, 2016, p. 213). Dessa forma, os judeus foram os principais encarregados de levar a profissão adiante, dada sua reputação já condenada.

[...] Com base numa palavra de Cristo: “Emprestai sem nada esperar de volta e vossa recompensa será grande” (Lc 6, 34-35). Assim foram deixadas de lado todas as passagens em que Cristo, que nessa frase apenas indicara um ideal para seus discípulos mais perfeitos, fizera alusão, sem as condenar, a práticas financeiras condenadas pela Igreja medieval como sendo de usura (LE GOFF, 2016, p. 213).

Com o desenvolvimento do comércio a partir do século XII que no XVI já estava solidificado nos moldes mercantilistas, a posição usurária dada aos judeus fomentou ainda mais sua hostilidade pela concorrência com os cristãos. Por isto são atribuídos frequentemente como esponjas de dinheiro da sociedade, em que “os judeus da corte e seus sucessores, os judeus banqueiros e negociantes, nunca foram aceitos socialmente nos países do Ocidente europeu, nem desejavam abandonar os estreitos limites de seu gueto invisível” (ARENDRT, 2012, p. 103), sendo explícito em Veneza. Essa imagem de riqueza como meio arranjado para sobreviverem, permitido pelo judaísmo, fez criar “uma inveja de caráter econômico e na perseguição dos israelitas apenas um meio cômodo de apropriar-se de seus bens” (DELUMEAU, 2009, p. 422), refletido nas ações do ato final na peça qual tira-se os bens de Shylock para sua filha fugitiva e a Sereníssima República de Veneza. Essa caracterização endinheirada, inclusive, foi usada por

Adolf Hitler para incriminar os judeus pelo seu poder econômico no período de depressão alemã pós-guerra e Grande Depressão¹⁴, já que não foram diretamente contaminados pela miséria.

Essa questão da usura como sobrevivência dá-se pelas consecutivas apreensões de seus bens e imóveis que os deixavam apenas com a roupa do corpo, como no caso inglês, pois quem os toleravam poderiam em qualquer momento decidir expulsá-los. Para não ficarem ainda mais nas margens da sociedade, a usura acabou tornando-se uma saída, como mostra Le Goff:

[...] O empréstimo a juros que não punha em cena somas importantes e que ocorria em grande parte no quadro de economia-natureza estava essencialmente nas mãos dos judeus. Na verdade, a estes se proibiam pouco a pouco atividades produtivas que hoje chamaríamos “primárias” ou “secundárias”. Não lhes restava outra coisa, ao lado de algumas profissões “liberais” como a medicina – por muito tempo desdenhado pelos cristãos, que deixavam a outros os cuidados com o corpo, entregue pelos poderosos e ricos a médicos judeus, enquanto a maioria abandonava aos curandeiros “populares” e à natureza –, senão precisamente fazer com que o dinheiro, ao qual o cristianismo recusava qualquer fecundidade, produzisse (LE GOFF, 2004, p. 32-33).

No que se trata do antagonismo na peça, Le Goff comenta sobre um texto polêmico¹⁵ do Código de Direito Canônico, datado do século XII, que bem explica as divergências econômicas de Antônio e Shylock:

[...] De todos os mercadores, o mais maldito é o usurário, pois este vende uma coisa dada por Deus, não adquirida pelos homens (ao contrário do mercador) e, após a usura, retoma a coisa, juntamente com o bem alheio, o que não faz a mercador. Pode-se objetar: aquele que aluga um campo para receber renda ou uma casa para ter um aluguel, não se assemelha àquele que empresta dinheiro a juros? É claro que não. Antes de tudo porque a única função do dinheiro é o pagamento de um preço de compra; depois, o arrendatário faz frutificar a terra, o locatário goza da casa; nestes dois casos, o proprietário parece dar o uso de sua coisa para receber dinheiro, e de certo modo, trocar lucro por lucro, enquanto que, do dinheiro emprestado, não podemos fazer dele nenhum uso; enfim, o uso esgota pouco a pouco o campo, estraga a casa, enquanto o dinheiro emprestado não se sujeita à diminuição nem ao envelhecimento (LE GOFF, 2004, p. 25-26).

Pois, enquanto o usurário era avarento e pretencioso, o mercador buscava alinhar-se com os ideais cristãos, provando a fonte de seu trabalho para Deus sem buscar enriquecer, ainda

¹⁴ Sobre este assunto, consulte-se: HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

¹⁵ Este texto é visto como polêmico por ter sido falsamente atribuído a São João Crisóstomo, datado do século V, inserido no Código do Direito Canônico para escancarar o pecado do usurário ante ao justo mercador.

mais pelo fato de estar à mercê “divina” pela instabilidade do tempo meteorológico e nível dos mares, que dão imprevisibilidade aos seus lucros; fato este contextualizado pelos navios de Antônio terem naufragado, levando a caução para justiça. Os mercadores viviam principalmente do comércio marítimo, e onde havia centros comerciais bem concentrados ali estavam presentes, atuando também como financistas e especuladores. Para os mercadores, os juros eram fruto de seu trabalho e não eram exorbitantes, diferentemente dos usurários. Partindo dessa colocação que se entende as reclamações de Shylock a respeito de Antônio diminuir sua taxa de juro nos negócios do Rialto. Portanto, “é claro que não somente usurário e mercador são o mesmo homem, mas também que um termo é vergonhoso e o outro honroso, e que o segundo serve para esconder a vergonha do primeiro, o que prova apesar de tudo uma certa proximidade, senão parentesco, entre eles” (LE GOFF, 2004, p. 53).

Por fim, no que cabe ao usurário, “o historiador de hoje reconhece-lhe a qualidade de precursor de um sistema econômico que, apesar de suas injustiças e de seus defeitos, inscreve-se, no Ocidente, na trajetória de um progresso: o capitalismo. Em seu tempo, aquele homem foi desonrado, segundo todos os pontos de vista da época” (LE GOFF, 2004, p. 39). Essa caricatura atualmente pode ser atribuída como contraditória, pois o que era visto como porta aberta para o diabo quiçá encaixa-se na teoria de Tomás de Aquino onde o trabalho em primeiro lugar e sobretudo deve fornecer a sobrevivência (LE GOFF, 2016) para os judeus terem seu alicerce econômico caso fossem expulsos. Mas, é preciso entender que a efervescência ideológica e moral da cristandade influenciava a vida ética e moral entre a Idade Média e Renascença, ligando, neste caso, a religião e economia. E a usura é a principal característica antissemita do judeu shakespeariano, e a “origem deve ser encontrada em certos aspectos da história judaica e nas funções especificadamente judaicas, isto é, desempenhadas pelos judeus ao decorrer dos últimos séculos” (ARENDDT, 2012, p. 35). Os interesses de ambos se chocavam, pois Shylock e Antônio odiavam-se pelo *eu* cristão mercador que via o *outro* judeu usurário como indigno.

2.4. A presença do judeu em solo inglês

Como dito por Guy Boquet, “Shakespeare é sem dúvida um dos gênios universais, mas só pode ser compreendido à luz das condições sociais e das convenções dramáticas elisabetanas” (BOQUET, 1969, p. 80), dessa forma, é preciso ver o chão de onde brota a literatura, a Grã-Betanha. De acordo com Perry Anderson (2004), Elizabeth I conseguiu

acentuar sua autoridade pelo crescimento de sua popularidade, incorporou a arte renascentista no reino e fez os ingleses prosperarem economicamente através de um poderoso comércio ultramarino com ouro, produtos e especiarias do Oriente e África, qual “a fortuna de Veneza obseda os sonhos elisabetanos: a Rainha poderia esposar o Oceano como um Doge” (BOQUET, 1969, p. 14-15). Além disso, no século XVI, os navios mercantes eram peças fundamentais na frota inglesa, inclusive sendo a atividade laboral de Antônio. Entretanto, seu governo ainda estava se solidificando como potência ultramarina, tendo conturbações de ameaças exteriores ao reinado considerado “ilegítimo” de Elizabeth, pela independência e rebeldia do Parlamento às medidas adotadas e por manterem um exército híbrido de mercenários contratados fora do país, que conseqüentemente, não suscitava um exército profissional para obter por guerra vastas áreas de território. Para os ingleses, era válido investir em frotas navais invés do exército permanente, pois o custo era inferior. Foi essa a mentalidade presente no teatro renascentista:

[...] A maioria dos elisabetanos conservam, no entanto, as concepções medievais de um corpo político concebido como um organismo hierarquizado, onde as diferenças de classes e de posição substituem a ordem natural e asseguram a concórdia entre os membros da comunidade, se cada qual assume a sua função. Nascida de antigas condições de vida nos quadros sociais restritos, essa doutrina, desenvolvida pela Igreja, choca-se com as novas estruturas econômicas e sociais. A solidariedade para com os vizinhos sofre um duro golpe pelo individualismo dos novos estratos: isso não aparece em parte alguma tanto quanto em Londres, onde se mesclam todos os elementos de uma sociedade em crise, ao redor das tavernas ou no recinto dos teatros (BOQUET, 1969, p. 16).

No que diz respeito a religião, ela foi “na direção de um protestantismo moderado, com o estabelecimento de uma Igreja Protestante obediente” (ANDERSON, 2004, p. 127), mesmo que estivesse em “terreno escorregadio” pelo fato da rainha anterior, Maria I, ter sido uma católica assídua que visava eliminar os hereges, inclusive, os protestantes. Mas partindo da premissa protestante com Elizabeth I, havia um ponto de encontro da religião com o judaísmo pela valorização do trabalho individual cujos lucros são permitidos somente como fruto – não como fonte – de seu árduo trabalho. Dessa maneira, “a ética protestante e a ética judaica apresentam pontos de conexão, notavelmente por contribuírem para a ascensão e desenvolvimento do capitalismo moderno, embora de formas diferenciadas” (SOUZA, 2012, p. 32). Esta relação do capitalismo nascente com a religião é abordada por Max Weber, na qual os protestantes valorizavam o trabalho como manifestação da glória e da graça de Deus, no entanto, acumular riqueza como prioridade leva direto ao erro divino, qual seria ócio, avareza

e ganância (WEBER *apud* SOUZA, 2012, p. 32). Vê-se que tais questões sobre empréstimo a juros eram recorrentes no imaginário inglês por diferentes óticas religiosas, sendo inspiração da profissão de Shylock quando argumenta os “prós” do lucro em contrapartida do “contra” pelos personagens cristãos.

Entretanto, o quesito trabalho individual era o único que aproximava os protestantes e judeus, pois “a secessão protestante engendrara nos meios eclesiásticos endurecimentos doutrinários e maior medo do perigo judeu” (DELUMEAU, 2009, p. 422). Esse fato decorre pelo escrito de Martinho Lutero “Sobre os judeus e suas mentiras” (1543), após a tentativa fracassada de convertê-los para seu Evangelho:

[...] Os cristãos devem queimar as sinagogas e os judeus. Devem tirar os livros e os Talmudes deles, pois estes só contêm mentiras e blasfêmias. Devem ameaçar de morte os rabinos que ensinem. Devem proibir os judeus de viajar. Devem obrigar os judeus a trabalhar em serviço manual e não adquirirem profissão.

Os judeus são arrogantes, teimosos e de coração de ferro como demônios.

Que faremos, nós cristãos, com este povo rejeitado e condenado, os judeus?

Vou dar-lhes o meu conselho sincero: primeiro, atear fogo às suas sinagogas, em honra do nosso Senhor e à cristandade, de modo que Deus veja que somos cristãos... Aconselho que as suas casas sejam arrasadas e destruídas... Aconselho que os seus livros de orações e escritos talmúdicos lhes sejam arrebatados... Aconselho que seus rabinos sejam proibidos de ensinar, sob pena de perderem a vida e serem mutilados... Acreditamos que o nosso Senhor Jesus Cristo dizia a verdade ao falar sobre os judeus que não O aceitaram e O crucificaram: Sois uma raça de víboras e filhos do demônio...

Li e ouvi muitas histórias relativas aos judeus que estão de acordo com esse juízo de Cristo. Isto é: que envenenaram poços, assassinaram, sequestraram crianças... Ouvi dizer que um judeu mandou a outro judeu por intermédio de um cristão, um recipiente cheio de sangue, juntamente com um barril de vinho no qual depois de bebido até o fim, encontrou-se um cadáver de um judeu (LUTERO *apud* SILVA, 2016, p. 311).

Logo após ele escreve ainda mais violento o *Shem Hamephoras* de forma sarcástica e quase chula, sendo distribuído como propaganda antissemita por Adolf Hitler no século XX:

[...] Cristo [escreve o Reformador] não tem inimigos mais venenosos, mais encarniçados, mais amargos que os judeus. [Aquele] que se deixa roubar, pilhar, macular e maldizer por eles só tem mesmo que [...] rastejar no seu traseiro, adorar seu santuário [e] glorificar-se em seguida de ter sido misericordioso [...]: do que será recompensado por Cristo no dia do Juízo Final com o fogo eterno do inferno. [Quando Judas enforcou-se,] os judeus talvez tenham evitado seus servidores, com pratos de prata e jarros de ouro, para recolher sua urina com os outros tesouros, e em seguida comeram e beberam essa merda, e desse modo adquiriram olhos tão penetrantes que

descobrem nas Escrituras glosas que ali não encontraram nem Mateus nem o próprio Isaías [...]. Quando Deus e os anjos ouvem peidar um judeu, quantas gargalhadas e quantas cabriolas! (LUTERO *apud* DELUMEAU, 2009, p. 432).

Isto mostra que a “aceitação” primordial dada aos judeus por Martinho Lutero era, na verdade, uma busca por conversos contra os papistas e turcos pela busca hegemônica na Idade Moderna. Quando vê a obstinação judia em manter-se fiel em sua fé e preceitos, torna-se ressentido, dizendo que “nenhum povo é tão duro de converter quanto os judeus”, “eis mil e quinhentos anos que estão exilados e perseguidos; entretanto, recusam-se a fazer penitência”, “a cólera de Deus jamais se manifestou com mais fragor do que sobre esse povo” (DELUMEAU, 2009, p. 432-33). Para ele, os judeus eram “filhos do diabo”, cuja apenas oração e conversão era insuficiente para limpar sua maldade e blasfêmia no mundo, fazendo outros escritos como “que se proibam os judeus entre nós e em nosso solo, sob pena de morte, de louvar a Deus, de orar, de ensinar, de cantar” (DELUMEAU, 2009, p. 433). Com discursos tão violentos, a construção deicida dada aos judeus foi deteriorando, pois não havia condições em sequer existirem toleravelmente nestas condições, sendo um impulso para o antissemitismo. Na constância shakespeariana – seja católico ou protestante – como poderia ter uma imagem diferente dos judeus, sendo que as religiões de suas origens eram totalmente hostis a eles? Como não ser moldado pela instituição monárquica cujos valores seguia sem muito contestar?

Neste contexto das contradições religiosas e econômicas do reinado de Elizabeth I, é essencial trazer à tona a instável presença judia em solo inglês. Como explica Hannah Arendt (2012), o principal aspecto que leva ao incômodo da presença judia é em um lugar não-judeu, ou seja, onde não é maioria na questão sociocultural. Isto ficou impregnado na sociedade – consequentemente em William Shakespeare que viveu seus 52 anos entre Londres e Stratford-upon-Avon –, deixando marcas no imaginário que possibilitou escrever *O Mercador de Veneza*.

Segundo a revista *Morashá*¹⁶, os judeus inicialmente se instalaram na Inglaterra pelo convite de Guilherme, o Conquistador. Somente com Henrique I (1100-1135) foram reconhecidos nas ilhas britânicas com direito e privilégios legalizados. Dessa forma, “protegidos por títulos outorgados, os israelitas eram homens livres, falando a mesma língua que a população local, usando os mesmos trajes, autorizados a se deslocar a cavalo com armas e prestar juramento na justiça” (DELUMEAU, 2009, p. 417), vivendo em relativa tranquilidade

¹⁶ Ver em: <http://www.morasha.com.br/historia-judaica-na-antiguidade/retorno-a-inglaterra.html>. Acesso em: 28 de julho de 2020.

no meio social, sendo permitidos a praticar sua fé e aprimorando suas condições econômicas através do comércio. Os banqueiros judeus tem destaque pela sua participação no Tesouro Real como financiadores e pelas altas taxas que pagavam por suas transações comerciais, pois “era natural que se recorresse aos auxílios dos judeus, velhos e experimentados emprestadores de dinheiro com ligações com a nobreza europeia, à qual deviam muitas vezes proteção local e cujas finanças costumavam administrar” (ARENDDT, 2012, p. 36-37).

Mas essa situação apaziguadora não durou muito, pois as Cruzadas vieram para demonizar o judeu pelo Ocidente. Segundo Jean Delumeau, no caminho até Jerusalém, os cruzados pensavam ser injusto deixarem viver em sua nação os inimigos de Cristo, cujas práticas religiosas e corrupções ímpias difamam a lei cristã. A I e II Cruzadas eclodiu principalmente em países como a Renânia e França, deixando os judeus ingleses passarem praticamente “impunes”. Mas com “a II cruzada aparecem pela primeira vez as acusações de assassinato ritual de uma criança cristã e de profanação da hóstia, verdadeiro crime de deicídio” (2009, p. 422) deixando a situação instável, além dos boatos de terem envenenado os poços que causaram a Grande Peste de 1348, pois nenhuma negação pelas autoridades em abrirem inquérito pela ausência de provas impediu eclodir a sensibilidade opressiva contra os judeus. Logo após, foram proibidos de assistir à coroação de Ricardo I, o Coração de Leão, que engajou na III Cruzada causando massacre da população israelita de forma cruel e insegurança aos remanescentes, pois em qualquer horário, poderiam ser executados pelas leis antisemitas.

De acordo com Hannah Arendt, “o antissemitismo alcançou seu clímax quando os judeus haviam, de modo análogo, perdido as funções públicas e a influência, e quando nada mais lhes restava senão sua riqueza” (2012, p. 27), mas em 1275, os judeus perderam terminantemente sua utilidade em solo inglês quando foram proibidos por Eduardo I de exercer atividades financeiras. Para Anderson (2004), as decisões de Eduardo I eram praticamente irreversíveis por ter sido o último rei sem interferência do Parlamento. E dessa forma, no fim do século XIII, foram expulsos por decreto, indo embora para a Espanha, Alemanha e leste europeu totalmente humilhados e inseguros. Além disso, foram embora praticamente com a roupa do corpo, pelo fato de suas riquezas materiais (bens móveis e créditos) terem sido confiscados pelo governo.

[...] Enfim, evidentes razões financeiras explicam bom número de taxações, de anulações de créditos, expulsões – estas por vezes seguidas de readmissões custosas – de que foram vítimas no decorrer da Idade Média as comunidades israelitas, verdadeiras “esponjas de dinheiro”. As dificuldades das tesourarias reais contribuíram

grandemente para a expulsão dos judeus da Inglaterra em 1290 e da França em 1394 (DELUMEAU, 2009, p. 417).

Dessa maneira, tendo vivido entre o reinado de Elizabeth I e Jaime I, o dramaturgo não esteve em contato direto com praticantes do judaísmo. Fora alguns conversos que buscavam se tornar invisíveis e “cristianizados” o máximo possível, apenas o convertido Rodrigo Lopez, médico que atuava na Corte, é reconhecido hoje. Contudo, não é visto positivamente, por ter sido vítima de algumas intrigas como acusação de envenenar a rainha, sendo condenado à morte em 1594. De qualquer forma, o que ficou impregnado na mentalidade shakespeariana foram “as noções emergentes de nacionalidade e raça, nutria profundas inquietações a respeito das questões judaicas, que incluíam muitas falácias a respeito das diferenças raciais e culturais dos semitas” (CAMATI, 2009, p. 63), manifestada na escrita de *O Mercador de Veneza* em 1596.

2.5. Veneza e a “tolerância” com os judeus

Por mais que a mentalidade shakespeariana seja de origem inglesa, o lugar de sua peça é o lugar dos mercadores, a cidade insular Veneza, potência comercial e naval. Shylock tem seu relativo espaço de sobrevivência pela falta de fanatismo religioso e certa “tolerância” face aos judeus pela sua posição financeira que auxiliava o Estado. Isto é visto na “agitada praça diante de San Giacometto, em Rialto, onde os negócios de todo um mundo são denunciados [...] por um sussurrar polifônico; onde, nos pórticos ao redor e naqueles das ruas que para ali convergem, os cambistas e as centenas de ouvires têm seu lugar” (BURCKHARDT, 2009, p. 88), sendo no Rialto o começo das desavenças entre Antônio e Shylock, na belíssima ponte retratada no filme, logo quando o mercador cospe em Shylock. Pois “em Veneza, os objetivos últimos são gozar o poder e a vida, ampliar o legado dos antepassados, reunir as mais lucrativas indústrias e abrir constantemente novos mercados” (BURCKHARDT, 2009, p. 95).

Segundo Burckhardt, pela efervescência do espírito renascentista no país, os italianos formaram um centro de intelectualismo por sua curiosidade pelo mundo, sendo precoces no desenvolvimento do homem moderno, “decorre daí que tivesse de ser ele o primogênito dentre os filhos da Europa atual” (2009, p. 154). Conforme o homem foi descobrindo a si pelos seus sentimentos e racionalidade humana, várias peças shakespearianas foram retratadas em solo italiano, como *O Mercador de Veneza* e *Otelo* em Veneza, *Romeu e Julieta* em Verona, *A*

Megeira Domada em Pádua, *Júlio César* em Roma, etc. Na Itália, Shakespeare tinha maior fonte dramática para amores e intrigas trágicas por ser uma nação fragmentada, aquém pela notória exuberância e intelecto de Veneza. Rompendo com o papado, a Inglaterra se isolou do maior símbolo do Cristianismo Ocidental, religião do dramaturgo; como a Grã-Bretanha ainda estava se fortificando como potência mundial. Sendo assim, foi possível criar “uma arte e uma poesia imperecíveis [para] representar o homem em sua plenitude, tanto em sua mais profunda essência, quanto nos elementos que caracterizam sua exterioridade” (2009, p. 283).

Com essa individualização, mesmo sendo adeptos ao cristianismo como religião oficial – principalmente pela presença do papado em Roma –, os italianos eram questionadores dos milagres religiosos, protestavam contra a hierarquização e abuso clerical e se incomodavam com certo extremismo dos monges. Mas, em contrapartida dessa consciência religiosa de alguns, havia preponderância das ordens franciscanas e medicantes que “havia sido originalmente as molas da reação contra aquilo que se denomina a heresia do século XIII” (BURCKHARDT, 2009, p. 408), sendo o judaísmo parte das doutrinas heréticas. Inclusive, alguns “monges haviam tentado pressioná-lo [o rei] a mover uma perseguição aos judeus semelhante à que praticavam os espanhóis” (2009, p. 411). Tornar-se-ia um centro de opiniões controversas entre as ordens católicas, as autoridades da Sereníssima República de Veneza e seus habitantes sobre a posição dos judeus no país nesse contexto hostil.

[...] Também na Itália, o país do Ocidente que assim mesmo permanecerá menos hostil aos judeus na época da Renascença, os monges medicantes esforçam-se com sucesso crescente em impor ao papado e às autoridades civis seu programa de luta contra os israelitas: expulsá-los, se possível; na falta disso, obriga-los ao uso de um sinal distintivo e separá-los ao máximo dos cristãos. Os franciscanos fazem, além disso, campanha para a criação de montepios que fariam concorrência aos judeus em seu próprio terreno, emprestando contra penhor sem juros (DELUMEAU, 2009, p. 429-30).

O dramaturgo retratou sua peça em Veneza pelo reconhecimento do *guetto*, o primeiro da Europa. Sendo anteriormente uma fundição de ferro da Sereníssima, o *guetto* era o único lugar cujos judeus tinham direitos e relativa liberdade. Conforme a revista *Morashá*¹⁷, os judeus encontraram no ducado italiano um lugar financeiramente atrativo ante seu poderio comercial.

¹⁷ Ver em: <http://www.morasha.com.br/historia-judaica-moderna/os-500-anos-do-gueto-de-veneza.html#q=Veneza>. Acesso em: 02 de agosto de 2020.

Mas, para serem tolerados, eles pagavam impostos anuais abundantes que chegavam até 10 mil ducados quais até sanavam as despesas do Estado; seja pelo aluguel de sua propriedade, taxas alfandegárias ou pela abertura de casas bancárias. Por serem “permitidos” praticar a usura, as autoridades políticas controlavam as taxas de juros e podiam exigir empréstimos em condições favoráveis. Dessa forma, “a presença deles em Veneza mostrava-se como um “mal necessário”, pois a cidade prosperava continuamente com a atividade mercantil, a agiotagem propiciava o crescimento econômica” (SILVA, 2016, p. 313), ajudando em caso de crises e guerras. Eram odiados, porém, úteis. O preço pago pela tolerância era alto, pois enquanto isso, o significado de *guetto* como bairro étnico e segregação forçada foi impregnando na mentalidade Ocidental.

[...] No século XIV, após a guerra de Chioggia (1378-81) em Veneza, era preciso ajudar os cidadãos da Sereníssima a pagar os empréstimos forçados, reanimar as transações, atrair dinheiro novo. Em 1382, o Senado autorizou os penhoristas, judeus essencialmente, a instalarem-se na cidade. Mas, doze anos mais tarde, anulou essa permissão. Pois “toda a riqueza mobiliária dos venezianos corria o risco de fugir para as casas” dos israelitas. Estes eram acusados, além disso, de recusar empréstimo a qualquer um que não pudesse depositar penhor ouro, prata e pedras preciosas. De fato, a expulsão não foi realmente aplicada e uma importante colônia judia se manteve em Veneza (DELUMEAU, 2009, p. 416).

De acordo com a revista *Morashá*, essa colônia judia era chamada Gueto Novo, surgindo em 1516, cuja condição era viverem amontoados em uma parte separada dos outros habitantes venezianos. Era numa ilha ligada por canais, tendo duas pontes de acesso, cercada de muros altos, com janelas fechadas por tijolos que davam acesso apenas para o pátio, com prédios apertados que só podiam ser ampliados por construções acima das já existentes. Os judeus não eram proprietários de suas casas, tendo que pagar *Condottas* – negociada cada qual 5 anos – sendo outra forma do governo enriquecer às suas custas. Porém, mesmo com as retaliações, havia uma liberdade almejada para praticar a fé judia pela possibilidade de construir sinagogas *Scuole*¹⁸, escolas, academias literárias e pela circulação dos livros hebraicos dentro dos limites do *guetto*. A sinagoga é referida na obra quando Shylock diz: “Vai, bom Tubal! Em nossa sinagoga, Tubal!” (SHAKESPEARE, 2013, p. 72).

Segundo Silva (2016), o *guetto novo* era vigiado por guardas cristãos e dois barcos de patrulha, pela fobia cristã em se misturarem, fazendo que sua presença fosse permitida somente

¹⁸ Tradução: “casas de ensino”, principal centro religioso identitário dos judeus venezianos.

à luz do dia para realizarem seus negócios, sendo trancados e proibidos de saírem durante à noite, com horário estipulado. Dessa forma, “os judeus deverão usar trajes diferentes, não coabitar com os cristãos, não se mostrar nas ruas durante a Semana Santa, e não mais ocupar funções públicas” (DELUMEAU, 2009, p. 444). Essa exclusão judaica era “inclusiva”, vista como oportunidade de os israelitas terem um espaço, mesmo que restritivo, para chamar de lar.

Imagem 1 – *Campo del Ghetto Nuovo*



Fonte: Luisella Romeo (*seevenice.it*)

Portanto, “esses homens modernos [período histórico], os portadores da erudição italiana de outrora, nasceram dotados da mesma religiosidade do homem ocidental da Idade Média” (BURCKHARDT, 2009, p. 436), em que o judeu shakespeariano, junto de suas heranças medievais, assume uma força poética na religiosidade renascentista. E ali Shakespeare encontrou um espaço de “bom moço” para Antônio, já que a Grã-Bretanha tinha conflitos de fragmentação religiosa entre protestantes e católicos.

Portanto, como analisado neste capítulo, a “causa do isolamento dos judeus é a evolução econômica do mundo feudal e do mundo urbano [...] só lhes restam as formas marginais ou ilícitas do comércio e da usura” (LE GOFF, 2016, p. 310), cujo ódio religioso propulsado pela Igreja Católica no período medieval deu “base” para colocar os judeus na margem da sociedade com justificativas econômicas, políticas, ideológicas, generalizadas. Ódio que, outrora, era explicado por fins religiosos, se tornou “solidamente” construído na mentalidade Ocidental como natural. Pela ótica shakespeariana, percebemos as condições complexas de “ser judeu” quando essa designação étnica e religiosa era sinônimo de mal absoluto; sendo mantidos no gueto veneziano como mal necessário para fins econômicos e expulsos da Grã-Betanha fazia séculos. Com este estudo, partimos para melhor compreender o peso histórico de *O Mercador de Veneza* em si.

3. O MERCADOR DE VENEZA: PRECONCEITO E DESDOBRAMENTOS

“HANS: Nunca se perguntou porque está aqui?”

HELENA: Estou aqui porque sou uma judia! Porque os judeus dominavam o mundo. Nós roubamos a vida, o dinheiro e as joias dos alemães. Deve ser verdade, não é? Se não, como tudo isso seria aceitável?”

Cena sobre os campos de concentração e o Holocausto em “O Guarda de Auschwitz” (2018).

William Shakespeare encarava a cena social do seu cotidiano pelos valores elisabetanos que deveriam ser inseridos em suas peças, e com isto, estava incluso a bagagem preconceituosa ante aos judeus. História e Literatura se encontram neste capítulo final.

3.1. O antissemitismo manifestado em *O Mercador de Veneza*

O Mercador de Veneza é uma comédia amarga, escrita entre 1594 a 1596, em que os personagens fazem profundas reflexões sobre o sentimentalismo da vida humana na sua interioridade, antagonizam questões religiosas e econômicas, falam do amor conjugal e dionísio, celebram as festas italianas e destaca o protagonismo feminino pelo travestimento¹⁹. A peça é “caracterizada como uma obra renascentista, provida de nobres, damas, romances e segredos. Parte de seu efeito cômico é obtido a partir de confusões, como trocas de objetos importantes e de identidades, instrumento comum no teatro elisabetano da época” (SOUZA, 2012, p. 22). Contudo, a narrativa do personagem Shylock, judeu usurário, traz um lado trágico por descortinar o preconceito e segregação da época, sob a ótica do “discurso entre os

¹⁹ Pórcia se traveste de juiz para salvar Antônio; Nerissa de mensageiro; Jessica de “pajem” para fugir com Lorenzo. As duas primeiras retratam papéis que, dentro da sociedade inglesa, só deveriam ser representadas pelos homens, retrato de uma sociedade patriarcal. Era uma técnica usada para confundir as identidades e inverter o imaginário tradicional da mulher da época.

personagens para julgar, condenar os valores da cultura judaica e impor regras inglesas e religiosas para o judeu, num desenfreado abuso de poder” (PARADISO, 2012, p. 225).

Shylock só pôde ser construído por influência do contexto teatral elisabetano. Segundo Jean Delumeau, “o teatro religioso foi, ao menos nas cidades, um dos grandes meios da catequese antijudaica [...] dão aos espectadores múltiplas ocasiões de detestar os judeus ou zombar deles” (2009, p. 423), envolvendo os dramas de Cristo, como a salvação de Barrabás. Em outros casos, tais aos mistérios do padre Teófilo, “mostram-no, uma vez destituído de suas funções, concluindo um pacto com o diabo por intermédio de um judeu (ou de vários, algumas vezes). Mas o arrependimento a salva” (2009, p. 425), ou seja, ele volta para a cristandade pelo caminho da luz. Nesse meio, havia escritos clericais e literários ainda mais fortes que o *Shem Hamephoras* de Martinho Lutero. Logo surgiu as comédias, “então se multiplicaram as caricaturas do usurário israelita. O antijudaísmo passou então do teatro religioso ao teatro profano” (2009, p. 425), sobretudo no século XVI, tempo da obra. O antissemitismo presente na mentalidade britânica e falácias cotidianas enlaçou a criação dessas peças, porém, também fez do teatro um catalisador do ódio aos judeus pelas representações serem mal-intencionadas.

É preciso lembrar que esse antijudaísmo foi aflorado entre os séculos XIII e XVII principalmente pelas divergências entre cristãos e judeus. Saliento aqui o tópico sobre a mentalidade e o medo diante o judeu, pois a “cultura “cristã” tem medo de um inimigo que está no mais das vezes ausente, mas assim mesmo vivo. Por mais distante que esteja, continua a ameaçar. É odiado porque o temem. E como não seria temido, já que matou um Deus?” (DELUMEAU, 2009, p. 426). Assim, esse judeu inimigo ficou presente na vida social elisabetana como legado histórico do século XIII, sendo perpetuado pelos valores e costumes cristãos/protestantes, instituições religiosas e políticas, nas relações econômicas, no estereótipo deixado no imaginário, por sua ridicularização no mundo da arte. Pois “a Inglaterra de Shakespeare não conhecia o “problema” ou a “questão” do judeu, nos termos da nossa modernidade, apenas cem ou duzentos judeus, a maioria, presumivelmente, convertida ao cristianismo, viviam em Londres” (BLOOM, 2000, p. 221). Eles estavam em qualquer lugar, como uma sombra, mesmo quando eram expulsos.

[...] Banidos da Inglaterra em 1290, os judeus eram aí entretanto tolerados se não praticassem seu culto em público, mas acabavam vítimas de clichês medievais que os mostravam sempre prestes a tramar contra os cristãos como em *O Judeu de Malta*, de

Marlowe. O recesso de Lopez, acusado por Essex de haver querido envenenar a Rainha, tinha ainda aumentado um antissemitismo latente (BOQUET, 1969, p. 42).

Tanto que a peça *O Judeu de Malta*, de Christopher Marlowe, “foi encenada duas vezes com grande sucesso, sendo que no mesmo ano de uma dessas encenações – 1594 – o médico (judeu) da rainha Elizabeth foi condenado à morte por traição” (SOUZA, 2012, p. 23). Partindo dessa representação estereotipada nas peças, William Shakespeare também buscou construir seu próprio judeu na narrativa de *O Mercador de Veneza*. Resumidamente, ela começa quando Bassânio pede 3 mil ducados emprestados para seu amigo Antônio, mercador estimado em Veneza, para conquistar a bela herdeira de Belmonte, Pórcia. Os navios comerciais de Antônio tinham partido a pouco fazendo que não tivesse todo valor necessário, recorrendo então ao seu pior inimigo²⁰ para fazer o empréstimo, o judeu usurário Shylock. Ele aceita fazer o pedido, mas caso Antônio não pagasse no dia estipulado, deveria conceder-lhe uma libra da própria carne através de uma caução. Mas os diálogos que cercam este acordo são feitos entre pontapés:

[...] ANTONIO: Notai isso, Bassanio, o diabo pode citar as Escrituras para justificar seus fins. Uma alma perversa que apela para testemunhas sagradas é como um velhaco de risonho semblante, como uma bela maçã podre no âmago! Oh, como a falsidade pode revestir-se de belo exterior!

[...]

SHYLOCK: *Signior* Antonio, muitas e muitas vezes, no Rialto, vós me maltratastes a propósito de meu dinheiro e dos lucros que faço produzir; mesmo assim, tudo suportei com paciente encolher de ombros, porque a resignação é a virtude característica de toda a nossa tribo [...] Muito bem; parece que hoje necessitais do meu auxílio. Avante, pois! Vindes a mim e me dizeis: “Shylock, teríamos necessidade de dinheiro.” Dizeis isso, vós que expelistes vossa saliva sobre minha barba e me expulsastes a pontapés, como enxotaríeis de vossa porta um cão vagabundo. Pedis dinheiro. Que devo dizer-vos? Não deveria responder: “Um cão tem dinheiro? É possível que um cão tihoso vos empreste 3 mil ducados?” Ou, então, devo inclinar-me profundamente e, com um tom servil, prendendo minha respiração num murmúrio de humildade, devo dizer-vos isto: “Arrogante senhor, cuspistes sobre mim na última quarta-feira; vós me expulsastes a pontapés em tal dia; noutra ocasião me chamastes de cão; por todas essas amabilidades, devo emprestar-vos tanto dinheiro?”

ANTONIO: Tenho bem vontade de chamar-te novamente as mesmas coisas, de cuspir-te de novo e dar-te, também, pontapés. Se queres emprestar este dinheiro, empresta-o, não como a teus amigos, pois já se viu alguma vez que a amizade haja exigido de um amigo sacrifício de um estéril pedaço de metal? Não! Antes disso, considera este empréstimo como feito a teu inimigo, de quem poderás conseguir

²⁰ Esta passagem refere uma fala de Bassânio: [...] sou devedor de um amigo que me é caro e fiz que esse amigo se tornasse devedor do pior inimigo que possuía para poder arranjar-me recursos (SHAKESPEARE, 2013, p. 82).

castigo com maior facilidade, caso não cumpra a palavra empenhada (SHAKESPEARE, 2013, p. 33-34).

Pelos diálogos hostis, vê-se que as principais desavenças narradas são entre Shylock e Antônio, inimigos praticamente naturais, que pode ser explicado pela época shakespeariana: “Com os judeus, ao longo de toda a Idade Média, os cristãos mantêm um diálogo permeado de perseguições e massacres. O judeu usurário, isto é, prestamista insubstituível, é detestável, mas necessário e útil. Judeus e cristãos debatem sobretudo em torno da Bíblia” (LE GOFF, 2016, p. 309). Antônio tinha a perspectiva como “o melhor homem pisando na terra” e “mais generosa das almas” assim como os personagens defendem as leis cristãs contra a usura e salientam a misericórdia divina. Enquanto isso, o judaísmo e Shylock eram vistos sob a ótica: “[...] SALANIO: Está chegando um outro da mesma tribo. Não se encontraria um terceiro da mesma espécie, a não ser que o próprio diabo virasse judeu” (SHAKESPEARE, 2013, p. 70), tendo as Escrituras [Talmud] e costumes judaicos como raça pagã. Mas, segundo Harold Bloom (2000), é irônico que a beatice de Antônio esteja em xingar e cuspir em Shylock, o que para nós é uma ironia, porém, não havia alguma para o público elisabetano. Shakespeare demonstra que, mesmo os cristãos sendo mais éticos e refinados do que o judeu, não eram mais misericordiosos. Não era necessário literalmente um massacre na peça para enxergar o antissemitismo, pois ele não estava oculto.

[...] muito da vitalidade da peça pode ser atribuído ao modo com que a mesma abala os alicerces de certas convicções relativas à alteridade racial, nacional, sexual e religiosa. Desconheço outra obra literária que cause tamanho efeito, com semelhante tenacidade e honestidade. Desviar o olhar do que a peça revela sobre a relação entre mitos culturais e identidade em nada contribuirá para o desaparecimento de atitudes irracionais e excludentes (BLOOM, 2000, p. 25).

Essa exclusão é melhor evidenciada no filme da peça. Anna Camati (2009) aponta a segregação social dos judeus pela existência do *guetto* veneziano, uso da insígnia vermelha por determinação do Concílio de Latrão, o isolamento e tristeza de Shylock pela perda da filha e seus bens, e principalmente, por sua conversão forçada. O filme também mostra os monges – retratado por Jacob Burckhardt – como principais norteadores do antijudaísmo italiano. Mas essa atitude era tanto hipócrita, pois o mercantilismo cristão julgava o judeu, porém, dependia

dos seus empréstimos para sustentar a Sereníssima República, os negócios do Rialto, e logicamente, a caução de Antônio para ajudar Bassânio.

Outro fato notável é a conversão dos cristãos-novos. Tem-se influência do dramaturgo, que enlaçou suas vivências católicas por sua família e aspirações pessoais. Mas também, Jean Delumeau (2009) explica historicamente que a conversão pelas águas cristãs batismais era vista como único meio de expulsar o “satã” dos judeus, porém, ficavam suscetíveis uma angústia e desconfiança que “contaminassem” os cristãos para voltarem as origens, ou seja, permaneciam sendo impuros. O texto mostra, inclusive, essa percepção pelo personagem Gratiano: “Quando te batizades, terás dois padrinhos. Se fosse eu o juiz, terias tido dez mais para te levarem para a forca e não para a pia batismal” (SHAKESPEARE, 2013, p. 109), tendo clara noção que a conversão não iria mudar (e até aumentar) o preconceito contra Shylock. As “farpas” de Jessica e Launcelot dão outra visão sobre a conversão, fazendo alusão a predestinação judaica ao inferno e ridicularizando os seus costumes, como por exemplo, o fato de não comerem porco:

[...] LAUNCELOT: Sim, de verdade; pois, vedes, os pecados do pai devem recair sobre os filhos; portanto, eu vos garanto que tremo por vossa causa. Sempre fui franco convosco e esta é a razão pela qual agito diante de vós a matéria. Armai-vos, pois, de coragem, porque, creio, na verdade, que estais condenada. Só resta uma esperança a vosso favor e mesmo assim ainda é uma espécie de esperança bastarda.

JESSICA: E que esperança é essa, dize-me por favor?

LAUNCELOT: Na verdade, a esperança que não sejais filha de um judeu.

JESSICA: Essa seria, com efeito, uma espécie de esperança bastarda; visto que, se assim fosse, os pecados de minha mãe deveriam recair sobre mim.

LAUNCELOT: Então tenho, na verdade, muito medo de que estejais condenada, não só por parte de vossa mãe; assim, quanto evito Cila, vosso pai, caio em Caríbdis, vossa mãe. Como vedes, estais perdida de ambos os lados.

JESSICA: Serei salva por meu marido; ele me tornou cristã.

LAUNCELOT: Maior razão ainda para que seja mais censurado; já éramos cristãos suficientes, o necessário para que pudéssemos viver ao lado um dos outros. Este furor de criar cristãos fará subir o preço dos suínos; se nos tornarmos todos comedores de porco²¹, muito em breve não será mais possível, mesmo a preço fabuloso, fazer tocinho de grelha (SHAKESPEARE, 2013, p. 88-89).

²¹ Shakespeare retrata, em outro momento da obra, a negativa dos judeus em comerem porco em relação aos cristãos. Quando Bassânio convida Shylock para jantar com eles, logo após o contrato ser feito, sua resposta é repleta de escárnio: “Sim, para sentir o cheiro do porco! Para comer na casa que vosso profeta, o Nazareno, fez entrar o diabo por meio de exorcismos!” (2013, p. 30).

No Tribunal de Veneza, Shylock mostra-se irredutível em seguir a caução pela libra da carne de Antônio para nutrir seu ódio. Sua argumentação pela continuidade era “que sentença devo temer, não havendo feito mal algum? [...] Esta libra de carne que reclamo custou-me muito dinheiro, é minha e eu a conseguirei. Se ela me for negada, anátema contra vossa lei! Não há força nos decretos de Veneza! Quero justiça. Será que conseguirei? (SHAKESPEARE, 2013, p. 96). A cláusula penal deveria ser inválida sob a lente dos direitos humanos por violar a dignidade pessoal, um subterfúgio utilizado por Pórcia voltado para a segurança de Antônio pela interpretação teleológica da lei. O desejo de interpretação literal levou ao sofisma jurídico, pois o contrato garantia a carne, e não o sangue. Também foi impedido que recebesse o capital levado por Bassânio, pois dissera que Shylock já havia negado perante a justiça (SILVA, 2016). Mas o injusto é a arbitrariedade aplicada não permitindo apelação pelo capricho, dizendo:

[...] PORCIA: Espera, judeu; tens, entretanto, que prestar contas à lei. Está escrito nas leis de Veneza que, se ficar provado que um estrangeiro, através de manobras diretas ou indiretas, atentar contra a vida de um cidadão; a pessoa ameaçada ficará com metade dos bens do culpado; a outra metade irá para a caixa privada do Estado, e a vida do ofensor ficará entregue à mercê do doge que terá voz soberana. Ora, afirmo que tu te encontras no caso previsto, pois está claro por prova manifesta que, indiretamente e mesmo diretamente, atentaste contra a própria vida do réu. Tu me incorreste na pena que acabo de mencionar. Ajoelha-te, pois, e implora a clemência do doge (SHAKESPEARE, 2013, p. 107).

Dessa maneira, Silva (2016) aponta que Shylock chegou ao tribunal de forma parcial, ou seja, seus interesses eram individuais motivados pela vingança sem um “bom senso de justiça”, atentando pela vida de Antônio. Mas a atitude de Pórcia também foi parcial, pois tomou uma solução arbitrária qual nega as regras que norteiam o senso jurídico, deixando Shylock no limite da morte. Só que, assim como a literatura não se apoia totalmente no “real” histórico, o Direito em si também fica à cargo do escritor que tem liberdade de estabelecer sua própria jurisprudência para desenvolvimento de sua narrativa. Mas há uma lição: “[...] reafirmamos que a decisão do Tribunal de Veneza não foi totalmente correta, pois em relação à pena aplicada a Shylock no desfecho do julgamento (confisco dos bens e conversão forçada²²), houve injustiça, imperando a mão forte que afligiu o povo judeu ao longo da História” (SILVA, 2016, p. 242). Shylock foi injustiçado pois não há, de fato, clemência e respeito pelos “outros” que são minoria

²² A conversão forçada de Shylock é retratada no quarto ato de *O Mercador de Veneza*, decisão imposta entre a vida e a morte, como condição de perdão por atentar contra Antônio ao pedir-lhe uma libra de sua carne.

menosprezada no jogo de poder e privilégios no Tribunal de Veneza. Os judeus eram aceitos por fins econômicos, pois a tolerância religiosa era restrita nos limites do *ghetto*. Nada mais.

Isabela Boscov, nessa tabela, liga as particularidades representativas de *O Mercador de Veneza* que moviam os homens em cada tempo-espaço histórico:

1596 a 1740: Popular desde sua estreia, o protagonista da comédia *O Mercador de Veneza* era tradicionalmente mostrado como um vilão bufo, dedicado a arrancar gargalhadas do público.

1741 a 1813: Uma interpretação antológica do ator Charles Macklin (que faria o papel até a década de 1780) transformou Shylock num vilão repulsivo, física e mentalmente deformado por uma vida inteira de usura e pela sede de vingança.

1814 aos anos 1930: Graças ao ator Edmund Kean, emergiu um novo Shylock, em que a maldade passou a ser temperada por sentimentos mais humanos, como perda, solidão e uma certa medida de dignidade.

Anos 30 e 40: *O Mercador de Veneza* torna-se a mais popular das peças de Shakespeare em território nazista, com pelo menos 55 produções distintas a partir de 1933.

Em 1943, a ator Werner Krauss, de *O Gabinete do Dr. Caligari*, ajudou a reforçar a atitude pró-extermínio dos judeus com uma caracterização horripilante de Shylock no teatro de Viena.

Anos 40 em diante: No mundo pós-Holocausto, encenar *O Mercador* só é possível com algum tipo de “desconstrução” do texto – como numa montagem repleta de referências modernas protagonizada no início da década de 70 por Laurence Olivier, em cujas palavras *O Mercador* era a mais cruel das peças²³

Portanto, “é difícil conceber que Shylock representasse um peso na consciência de Shakespeare, no que diz respeito à condição dos judeus, e apenas nesse caso, Shakespeare é um homem típico de sua época” (BLOOM, 2000, p. 240). Não quer dizer que o dramaturgo seja antissemita, ainda mais pela sua crítica na perspectiva de Shylock, porém é evidente que suas colocações preconceituosas eram praxe de sua própria realidade cujo judaísmo era raça pagã, estando mergulhado nessa mentalidade intrínseca, que continuamente, tinha novas razões para culpabilizar os judeus errantes como bodes expiatórios. De acordo com Silvio Paradiso (2012), esse preconceito está enlaçado por discursos políticos, econômicos, culturais e religiosos da época; em que odiar os judeus não era exceção, mas sim, praticamente regra. Dessa forma,

²³ Ver em: BOSCOV, Isabela. **Ele era ou não era? Eis a questão**. São Paulo: Editora Abril. Revista Veja, 9 de novembro de 2005, p. 146.

[...] teria sido melhor para o povo judeu, ao longo dos últimos quatro séculos, se Shakespeare jamais tivesse escrito essa peça. *O Mercador de Veneza* é tão enigmática e equívoca, que tenho as minhas dúvidas se seria possível encená-la, hoje em dia, de modo a resgatar a arte de Shakespeare ao retratar Shylock. Shylock há de prosseguir causando em nós, judeus e cristãos esclarecidos, um certo desconforto, e, sendo assim, finalizado, perguntando se Shylock não teria causado em Shakespeare mais desconforto do que supomos (BLOOM, 2000, p. 243).

Haja vista o antissemitismo no século XVI, Shakespeare constrói uma narrativa que notabiliza o que é “ser judeu” quando este não é aceito pela alteridade perversa, partindo de sua observação como cidadão elisabetano e escritor qual busca explorar a interioridade humana. Sua construção de Shylock, esmiuçado no próximo tópico, é repleto de inquietações históricas.

3.2. “Sou um judeu. Então um judeu não possui olhos?”: uma análise de Shylock

O judeu Shylock é um retrato do “outro” rechaçado, carregando consigo uma bagagem de sujo, pária, indigno, maldito e inferior. No capítulo anterior, junto de Hannah Arendt e Jean Delumeau, buscamos entender o antissemitismo e seu estereótipo deicida, que agora, iremos buscar compreender sua caracterização pela visão de William Shakespeare.

Para abordar Shylock é preciso compreender um dos personagens do teatro que inspirou sua construção: Barrabás, da obra *Judeu de Malta*, escrita em 1590 por Christopher Marlowe²⁴. De acordo com Liana Leão (2009), ambos dramaturgos nasceram no mesmo ano, mas a carreira deste primeiro estava avançada em relação ao inexperiente Shakespeare. Para ele não havia bons religiosos e sua fé podia ser notada descaradamente, “tido como ateu, pois rejeitou as três religiões: Judaísmo, Islamismo e Cristianismo, atacando a fé em seus escritos e celebrando o período renascentista, o qual exaltava o homem e não a Deus” (PARADISO, 2012, p. 218). Barrabás é descrito como caricatura grotesca, ser desprezível, demoníaco, que vive para acumular materiais preciosos por sua prática usurária e que conspira pela vida do governador maltês e da própria filha. Há discursos tendenciosos na obra como “maltratar um judeu é uma

²⁴ O antissemitismo marloweano já começa marcado pela escolha do nome. No Novo Testamento, o judeu Barrabás é um bandido de mau-caráter que estava mantido preso junto com Jesus. Ele foi liberto por pedido do povo e a mando de Poncio Pilatos, que conseqüentemente, fez enviar Jesus para morrer na cruz. Em *Judeu de Malta*, Barrabás chega até a matar antes próximos ao governador maltês e envenenar as freiras do convento.

caridade, e não um pecado”²⁵ e que os judeus deveriam ajudar o governo financeiramente como preço de “tolerarem suas vidas odiosas” (MARLOWE *apud* PARADISO, 2012). Dentre tantas semelhanças entre Shylock e Barrabás, constantemente demonizados por outros personagens da peça, vê-se que odiar os judeus era algo banal e cotidiano na Grã-Betanha. Mas, mesmo que “o estímulo para a metamorfose de Shylock só pode ter sido o Barrabás, de Marlowe [...] Shylock é um anti-Barrabás, voltado para o interior, dotado de uma psique profunda” (BLOOM, 2000, p. 232).

Pela contribuição marloweana, seguimos com Shylock, começando pelo seu estereótipo físico. Na Renascença, era impregnado no imaginário social um judeu de pele escura, nariz adunco, mau cheiro, forma específica de falar, andar curvado e hábitos alimentares peculiares (CAMATI, 2009); sendo notório nas representações artísticas de Shylock. No cinema, é usado a insígnia vermelha para diferenciação, físico tradicional e expressões ora maldosas, por ser um judeu, ora lamuriosas, quando tudo perde.

Imagem 2 – Shylock (Al Pacino) em *O Mercador de Veneza*



Fonte: *O Mercador de Veneza* (2004)

²⁵ Jean Delumeau traz uma fala semelhante em *História do medo no Ocidente* por Martinez de Ecija, arcediogo de Sevilha: “Um cristão que maltratasse ou matasse um judeu não causaria nenhum desprezo ao rei ou à rainha, muito pelo contrário” (2009, p. 427).

Imagem 3 – *Merchant of Venice*, Shylock



Fonte: John Tenniel (1879)

Fazendo um desdobramento sobre Shylock, talvez seja impossível ter uma interpretação sólida sobre o personagem. Segundo Harold Bloom, sua construção tem uma interioridade e tenacidade assustadoras, “em versos que ardem em rancor espiritual, informados por uma grande inteligência espiritual, Shylock afirma a sua identidade como o judeu, herdeiro de um orgulho perseguido há quinze séculos” (2000, p. 236). Mas, como dito anteriormente, quiçá o dramaturgo nunca tenha conhecido um judeu. Não em sua liberdade total de praticar o judaísmo e se identificar como tal, nada diferente da ideia que poderiam viver em tolerância já que haviam sido expulsos por séculos pelos boatos de profanações e assassinatos infantis. Por isso, o retrato de Shylock vai na direção do que Jean Delumeau descreve como *mal absoluto*, tendo “grande parte dos estereótipos negativos que passavam sobre a nação judaica à época. Ele é descrito como avarento, rancoroso, vingativo, maldoso, cruel e desumano” (SOUZA, 2012, p. 24).

No cinema, a discriminação pela usura é escancarada quando os monges dizem que seus praticantes não poderiam viver segundo as leis cristãs, já que estavam destinados ao pecado. Shylock busca explicar a benevolência da usura pelas ovelhas de Jacó, dizendo que o lucro é uma benção quando não é roubado para justificar sua ambição, aumentando ainda mais o escândalo do mercador que não via a alusão bíblica como argumento, e sim, perversidade. Para a cristandade, o dinheiro deveria ser infecundo e estéril, enquanto os usurários buscavam multiplicar seus bens para reforçar os laços da reciprocidade comercial. E Antônio arruinava

isso para Shylock, sendo notado nesse protesto: “Eu o odeio, porque é cristão, muito mais ainda, porém, porque, em sua vil simplicidade, empresta dinheiro grátis e faz assim baixar a taxa da usura em Veneza. Se algum dia conseguir agarrá-lo, saciarei o velho ódio que sinto por ele” (SHAKESPEARE, 2013 p. 31-32). Esse antagonismo religioso e econômico foi escancarado, segundo Delumeau (2009), pelas novas necessidades capitalistas que aumentavam o conflito entre mercador e usurário, já que os cristãos afirmavam piamente que seus bens terrestres eram “extorquidos” pelos judeus. Mas, também é preciso lembrar a ausência de acordo mútuo entre estes, já que as atividades consideradas respeitadas não eram confiadas aos israelitas.

[...] Mais ainda que um judeu exótico, Shylock é antes de tudo o usurário medieval a aproveitar da juventude dourada, como outras das intempéries que arruinam os camponeses. Apesar da necessidade do empréstimo de capitais da nova economia, os moralistas cristãos se opunham a renunciar às condenações tomistas à usura [...]. Sob pressão das coerções econômicas e por temor ao anabatismo revolucionário, Calvino acabara justificando o empréstimo ao consumo. Em uma sociedade onde o Estado tenta limitar a taxa sobre o dinheiro a 10% e onde Gresham formula as leis da moeda, Shylock aparecia como o agiota de estilo antigo, algo escolhido pelos mercadores, que desejam reduzir a taxa de juros, e até, como Antônio, expulsar os usurários do Rialto (BOQUET, 1969, p. 42-43).

O lado vingativo e cruel de Shylock é acirrado pela caução estabelecida ao emprestar os ducados para Bassânio, no qual o mercador deveria pagar uma libra de carne humana caso não cumprisse com o acordo. O judeu usurário encarava esse contrato judicial como “amistosa oferta”, “divertido documento”, “nem pode aproveitar tanto quanto a carne de carneiro, de boi ou de cabra”, mesmo que suas verdadeiras motivações sejam rechaçar Antônio. Seu ressentimento não justifica tal desumanidade, pois ele estava atentando contra uma vida humana, levando adiante o tradicional boato deicida. Mas foi sua “solução”, retratada pelo bardo, de contrapor todas ofensas recebidas. Quando recebe a notícia que os navios de Antônio tinham naufragado, sua reação é: Graças a Deus! (SHAKESPEARE, 2013).

Por essas atitudes desprezíveis, Shylock é constantemente referido como “uma das faces do diabo” pelos personagens cristãos em discursos que destilam a origem maligna judia. Essas passagens são tão assustadoras quanto reveladoras por descortinar esse preconceito:

[...] LAUNCELOT: Se me deixar dirigir por minha consciência, ficarei com o judeu meu amo, que, Deus perdoe minha observação, é uma espécie de diabo; se fugir da casa do judeu, devo obedecer ao demônio, que, salvo vosso respeito, é o diabo em

peessoa. Certamente, o judeu é o próprio diabo encarnado (SHAKESPEARE, 2013, p. 39).

[...]

LORENZO: Se algum dia o judeu, pai dela, for para o céu, será graças à encantadora filha; quanto a ela, jamais a desgraça teria coragem de barrar-lhe o caminho, a não ser que seja sob o pretexto de que se trata de filha de um judeu infiel (*Ibid.*, p. 50).

[....]

SALANIO: Deixa-me dizer bem depressa amém, para que o diabo não destrua o efeito de minha prece, porque ei-lo chegando sob a figura de um judeu (*Entra Shylock*) (*Ibid.*, p. 68).

[...]

GRATIANO: Oh, condenado sejas, cão inexorável! E que tua vida acuse a justiça! Quase me fizeste vacilar em minha fé, e acreditar junto com Pitágoras que as almas dos animais passam para os corpos dos homens. Teu espírito mesquinho animava outrora um lobo que foi enforcado pela morte de um homem e cuja alma feroz, desprendida da força, quando ainda estavas no ventre de tua mãe profana, introduziu-se em ti. Teus desejos são os de um lobo: sanguinários, famintos e rapaces (*Ibid.*, p. 98).

[...]

BASSANIO: Tudo sacrificarei, tudo perderei para libertar-te desse diabo (*Ibid.*, p. 104)

O dramaturgo também espelha a fala antissemítica no Doge, quando diz: “Sinto pena de ti; mas foste chamado para responder a um inimigo de pedra, um miserável desumano, incapaz de piedade, cujo coração seco não contém uma só gota de misericordiosa” (SHAKESPEARE, 2013, p. 93). Estas falas indicam que o antisemitismo caiu no “gosto popular” como algo banal por também ser uma atitude política. Elizabeth I levava consigo os valores da monarquia, entre eles, estava um conceito de nacionalidade discriminatória no qual não podiam se misturar com os judeus; assim como no século XX, cuja máquina de terror usada pelo partido nazista que culpabilizava os judeus deteriorou sua situação em questão global.

E o conflito ante ao judaísmo e Shylock vai além dos cristãos, estando em sua própria filha, Jessica. De acordo com Ludwig (2016), ela é um estereótipo mesquinho que rouba as próprias joias do pai, contudo, se mostra triste e infeliz por não se sentir confortável na própria casa qual falta laços afetivos. Combinando com Launcelot, ela foge de casa, rouba Shylock (qual diz preferir recuperar suas joias que a filha) e se converte ao cristianismo para casar-se com Lorenzo. Ela diz: “Ai, que pecado odioso cometo tendo vergonha de ser filha de meu pai! Mas, embora seja filha dele pelo sangue, não o sou pelo caráter” (SHAKESPEARE, 2013, p.

48). Sua figura traz à tona uma velha preocupação e desconfiança com os cristãos-novos, antigos judeus, na qual nem a conversão poderiam leva-los ao céu:

[...] O que ao mesmo tempo perturba os cristãos não é que ela se converteu ao cristianismo, mas a mera ideia de que ela é semelhante demais com os cristãos em suas maneiras, gestos e ações. Tal confusão ameaça constantemente as distinções entre cristãos e judeus, que são tão caras a eles. Quando Jéssica é descrita como “fair”, essa palavra, além de ter o significado de bonita, tem também o significado de cor branca da pele. A distinção dos judeus na Inglaterra dos séculos XVI e XVII era às vezes imaginada pela cor da pele. Nesse sentido, a angústia dos cristãos sobre Jéssica é enfatizada por suas semelhanças com eles, o que, no entanto, marca que ela é igual a eles (LUDWIG, 2016, p. 590).

Tendo discutido a marca da genialidade shakespeariana que trabalha as perspectivas dos seus personagens, podemos explorar outro lado de Shylock, cuja literatura atua como gesto de inconformismo pela própria manifestação do judeu usurário, dessa forma, há uma brecha para sua humanização. Essa característica se relaciona com o emergir do Renascimento, em que o homem passou a ser visto como centro do mundo. Segundo Jacob Burckhardt, ocorreu “um desabrochar do indivíduo”, invés do homem se reconhecer a “si próprio apenas como raça, povo, partido, corporação, família ou sob qualquer outra das demais formas do coletivo” (2009, p. 145), passa a ter uma noção mais objetiva e ciente sobre seu papel como cidadão e com o mundo, tornando-se um indivíduo espiritual, sentimental, crítico, que explora a si mesmo e usufrui de seu poder e influência para com os outros. Sendo assim, “Shakespeare esforça-se para expurgar de Shylock todo o elemento marlowiano, o que, inevitavelmente, implica um mergulho no interior do personagem” (BLOOM, 2000, p. 234).

Os atos cruéis do personagem Shylock podem ser, então, uma porta de entrada para desvendar o “ser judeu”. Mesmo que o teatro religioso e profano tenham discriminado os israelitas, os ares renascentistas fazem ocorrer a “humanização do personagem, mostrando o lado emocional do vilão. Há uma atitude humanizadora em Shakespeare em relação aos personagens que criava: apesar de denegri-los, tentava compreender a alma e razões deles” (PARADISO, 2012, p. 222). Assim temos seu inconformismo:

[...] Ele me cobriu de opróbrio, impediu-me de ganhar meio milhão; riu-se de minhas perdas, ridicularizou meus lucros, menosprezou minha nação, dificultou meus negócios, esfriou meus amigos, esquentou meus inimigos; e, que razão tem para fazer

tudo isso? Sou um judeu. Então, um judeu não possui olhos? Um judeu não possui mãos, órgãos, dimensões, sentidos, afeições, paixões? Não é alimentado pelos mesmos alimentos, ferido com as mesmas armas, sujeito às mesmas doenças, curado pelos mesmos meios, aquecido e esfriado pelo mesmo verão e pelo mesmo inverno que um cristão? Se nos picais, não sangramos? Se nos fazeis cócegas, não rimos? Se nos envenenais, não morremos? E se vós não ultrajais, não nos vingamos? Se somos como vós quanto ao resto, somos semelhantes a vós também nisto. Quando um cristão é ultrajado por um judeu, onde coloca ele a humildade? Na vingança. Quando um judeu é ultrajado por um cristão, de acordo com um exemplo cristão, onde deve ele pôr a paciência? Ora essa, na vingança! A perfídia que me ensinais, eu a perei em prática, ficarei na desgraça, se não superar o ensino que me destes (SHAKESPEARE, 2013, p. 69-70).

Essa narrativa dada por William Shakespeare far-se-á refletirmos sobre como um judeu enxergava sua posição em uma sociedade antissemita, vivendo na insegurança que, em qualquer momento, poderiam ser culpabilizados por uma crise econômica ou expulsos do país. Se eram “aceitos”, como em Veneza, viviam na cruel realidade de “ser homem na rua e judeu em casa” (ARENDR, 2012, p. 110), com as atenções voltadas para si. Mas porquê, se também são tão humanos quanto? Se também são feitos de carne e osso, como qualquer outra pessoa viva? E essa é a alteridade perversa, distante daquela consciente e acolhedora da diversidade qual todos poderíamos ser “nós”. O judeu shakespeariano pode ser amargo, porém, suas atitudes fazem-nos questionar essa banalidade do mal ofensiva, por isso, “Shylock é um personagem de extraordinária complexidade que, apesar de apresentar características condenáveis, é um ser humano que sofre e tem motivações compreensíveis para agir da forma que age, sendo ao mesmo tempo vítima de constantes perseguições e carrasco vingativo” (CAMATI, 2009, p. 62).

No Tribunal de Veneza, há uma ideia de lei sobre contratos que é incerta, imprecisa, e quiçá, parcial. O desejo de vingança de Shylock levou a ruína, porém, a condição imposta por Pórcia qual lhe fez perder sua identidade religiosa e seus bens é um retrato do antissemitismo da época. Antônio lhe forçou a conversão pois seria o único meio de fazer o “bem” pelo mal que lhe fez, assim seria só se tornasse cristão, e conseqüentemente, não seria mais usurário. O veredicto final para Antônio pode-se ser atrelado num pensamento antissemita de estar fazendo a justiça pelas próprias mãos que, segundo Sartre, teria a força de milhões de argumentos. O personagem judeu lamenta: “Não, tomai minha vida e tudo mais. Não escuseis isso mais do que o resto. Apoderaí-vos de minha casa quando me tirais o apoio que a sustém; vós me tirais a vida, quando me privais dos meios de viver” (SHAKESPEARE, 2013, p. 108). Na versão de *O Mercador de Veneza* no cinema, os diretores Michael Radford e Al Pacino também contribuem sobre o veredicto final: “Shylock, no filme, exige sua libra de carne como quem cobra por

séculos de perseguição e segregação. A clemência estendida e ele no fim do julgamento não é caridade, mas opressão deliberada, um último e doloroso prego no caixão do judaísmo”²⁶.

[...] Se, de um lado, tal característica confere ao personagem imensa expressividade, de outro, toma-o extremamente vulnerável, chegando mesmo a transformá-lo no bode expiatório da peça. É capaz de atuar com uma ironia impiedosa, principalmente nos diálogos com o Duque, mas a grande ironia da comédia faz de Shylock sua vítima. Cabe a Pórcia o privilégio de provocar a ironia na peça, mas, à custa de Shylock, tal ironia toma-se brutal, embora não tão brutal quanto a do bom Antônio, que oferece a Shylock duas opções: ser executado como indigente ou sobreviver como agiota aposentado, pois, como cristão convertido, Shylock não pode desempenhar uma atividade típica de judeu (BLOOM, 2000, p. 235)

E, quando Pórcia diz: “Estás satisfeito, judeu? Que tens a dizer?”, e sua resposta é “estou satisfeito” (SHAKESPEARE, 2013, p. 109), não há quem possa acreditar. O lamento de Shylock no filme, a estatura curvada; sua insígnia que mesmo que lhe diferenciasse, dava sua identidade judaica, na mão; e a expressão de quem jamais será o mesmo, é angustiante. Não há arte que não traga variadas interpretações sobre o contexto que foram produzidas, seja pelo que mostram, seja pelo que ocultam, para que sejamos sensíveis e questionadores sobre a historicidade por detrás da literatura, teatro e cinema. O destaque ao judeu usurário criou um “conflito dramático, considerando as condições materiais dos judeus como empecilho social e algo deplorável. Por isso, certamente podem ter aflorado atitudes de exclusão e a propagação de ideias antissemitas aos espectadores e ao público leitor” (PARADISO, 2012, p. 228).

[...] O judeu que lá entrara para ver sua concepção de justiça cumprida – e, conseqüentemente, o reconhecimento de seu lugar na sociedade –, sai derrotado, sem vingança, sem execução da multa, sem o pagamento do vultuoso empréstimo que fizera, sem parte do seu patrimônio e do seu meio de subsistência, sem orgulho, sem esperança, sem liberdade para dispor livremente de seus bens, e enfim, sem sua própria identidade. Não bastasse o preconceito com relação à sua confissão e origem, presente em toda a trama, agora Shylock é impedido até mesmo de ser o judeu que é. A absoluta e completa negação do outro, como antes insinuada ou mencionada, passa a ser legitimada pelas instituições (SOUZA, 2012, p. 40).

Pois “quando Shylock, hesitante, diz "Fico contente", poucas plateias sentir-se-ão, de fato, contentes, a menos que consigamos reunir uma plateia feliz em seu antissemitismo”, e o fato de um “Shakespeare que muda constantemente de perspectiva exclui a possibilidade de ter

²⁶ Ver em: Revista “Veja”, edição 1930, 11/2005.

ele sido um antissemita” (BLOOM, 2000, p. 226). Portanto, nada seria tão elisabetano quanto alegrar a plateia pelo israelita entristecido, no qual os antissemitas justificavam sua atitude aversiva ao apontar os defeitos de Shylock, cuja encenação alimentava a mentalidade individual e coletiva dos ingleses quando saíam do teatro, apontando o lado “diabólico” dos judeus: sugadores do dinheiro alheio, ameaçadores da integridade religiosa, envenenadores de águas e poços, profanadores da hóstia, assassinos de criança e Jesus, criaturas mal intencionadas e cruéis. Era essa imagem que ficava, pois não havia contato direto com estes. O dramaturgo far-nos-á supor, por sua vivência, que não havia tido afeto dos cristãos pelo povo perseguido, apenas ironia e hostilidade, mesmo problematizando o peso de “ser judeu” no discurso de Shylock. Não há como distanciar o tempo shakespeariano de *O Mercador de Veneza* para compreender seu enredo na totalidade. Permanece, nos dias atuais, a inquietação e desconforto pela ridicularização judia na peça que pôde ser estudada pelas conexões da História e Literatura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Mercador de Veneza, por fim, far-nos-á pensar na História sendo mais que testemunho pelo olhar shakespeariano, como também, um espaço de inconformismo e reflexão sobre a construção do judeu estereotipado cuja imagem de *mal absoluto* perpetua o antissemitismo. O documento literário abre um portal dimensional para resgatar sensibilidades e representações de um tempo, cuja pergunta “porquê os judeus?” foram norteadoras dessa monografia pela conexão entre História e Literatura. Pelos diálogos e atitudes dos personagens shakespearianos, o historiador pode, também, traçar linhas históricas, sem esquecer-se de seu compromisso com a verdade. Pois a construção de *O Mercador de Veneza* é, acima de tudo, efeito do contexto de William Shakespeare, no qual odiar os judeus era banal nos atos políticos e no mundo teatral.

Sendo assim, tendo *O Mercador de Veneza* como ponte histórica, podemos compreender as controvérsias e condições do papel dos judeus na sociedade, ora aceito sob condições segregatícias, ora expulso pela taxaço de bode expiatório. O medo, a angústia, a segregação e a aversão que, por vezes, não havia explicações concretas, contribuíram como propulsoras do sentimento antissemita. A obra mostra a força da mentalidade medieval que perpetuou o judeu usurário, que posteriormente, as reformas religiosas e constantes perseguições por sua atividade laboral colocam sua posição como hereges, os inimigos do Estado e da Igreja, seja ela cristã ou protestante.

William Shakespeare provoca inquietações e reflexões pela literatura e teatro, perpetuados no cinema, pelo modo como observava o antissemitismo nos clarões e sombras da sociedade, principalmente no que diz respeito ao estereótipo tradicional. Sendo assim, “o odioso e rancoroso Shylock só foi possível – e se só se tornou verossímil para os espectadores – em razão de todas as injúrias que os mistérios haviam lançado anteriormente sobre o povo maldito” (DELUMEAU, 2009, p. 425). O personagem Shylock é o retrato do judeu histórico, porém, temos suas razões e sensibilidades de forma intimista pela mentalidade presente na obra, ligada aos seus discursos, comportamentos e atitudes. Shakespeare realmente trouxe seu judeu usurário no teatro de forma cruel e ridicularizada, qual construção leva refletir sobre o judaísmo no reinado de Elizabeth I, que tinham sido expulsos; ou pelo preço caro de serem “tolerados” em Veneza, sendo empinhocados no *ghetto novo*, vistos como estrangeiros. Contudo, o protesto “sou um judeu” de Shylock é um atento pela frequente hostilidade destinada aos judeus. Por *O Mercador de Veneza*, podemos pensar na desumanização presente nos campos de concentração

nazista, assim como a peça deixou de ser representada nos teatros para não alimentar tal sentimento obscuro, tendo em vista a retórica crucial da plateia na interpretação de Shylock.

Dessa maneira, este estudo não foi para denegrir e nem corrigir a peça shakespeariana em um ato anacrônico, mas sim, para refletir o impacto do antissemitismo no século XVI. Os escritos teleológicos e teatrais, em sua maioria, pregavam o ódio aos judeus, fazendo que o dramaturgo notabilizasse esse sentimento hostil sem cooperar para diferenciar esse estereótipo. Contudo, quando explora o interior humano de Shylock, temos a oportunidade de lembrar, lamuriar e refletir sobre esse “eterno antissemitismo”, termo cunhado por Hannah Arendt, de um ódio contra os judeus como manifestação normal e natural que acontece ao desenrolar da história. Não obtém uma explicação concreta, pois é um problema eterno. Por essa razão que o antissemitismo deve ser academicamente estudado para que não caia na generalização e negacionismo. Esse sentimento hostil não acabou em *O Mercador de Veneza*, no século XVI, nem em Auschwitz, no século XX. Traz grande inquietude ao historiador de quando, realmente, irá acabar. Estudar essa peça shakespeariana é ver além do carrasco e vítima, pois nos traz oportunidade de olhar, sob profundidade, as diferenças e estereótipos entre o cristão e judeu, o mercador e usurário, o *eu* e o *outro*. Para que não haja segregação identitária, e sim, o *nós*.

E se acaso surgisse a indagação “porquê os judeus?” dos alunos, que esta pesquisa estabeleça um elo significativo de diálogo dentro do processo de aprendizagem, para que haja uma conscientização e participação da temática em sala de aula para apontarmos a construção desse ódio intrínseco. Pois, assim como inquietou a filósofa Hannah Arendt, é imprescindível buscar compreender, na totalidade da vida humana e educacional, quais motivos levaram os judeus serem chave central dos problemas da sociedade em diferentes períodos históricos, vistos como *mal absoluto* por sua religião, estereótipo, tradições e costumes. Pois como seria justificável essa alteridade perversa? O judeu colocado como “outro” foi levado à um racismo religioso, um boato perseguidor, uma queixa e inveja econômica, uma expulsão das fronteiras, um ódio implacável sem limites e nem fim. Há uma razão por detrás desse preconceito, e se continuarmos a pesquisar, talvez possamos chegar em algum resultado concreto, além da eterna hostilidade. Para o personagem Shylock, esse ódio era, simplesmente, por ser judeu. E como dito por Eduardo Galeano²⁷, devemos aprender as lições que a História, senhora de muita paciência, nos ensina dia após dia. Pois ela não quer se repetir.

²⁷ GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2020.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Linhagens do estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BARROS, José. Imaginário, Mentalidades e Psico-História: uma discussão historiográfica. **Revista Labirinto**, Rondônia, v. 7, p. 1-28, 2005.

BLOOM, Harold. **A invenção do humano em Shakespeare**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

BORGES, Valdeci. História e Literatura: Algumas Considerações. **Revista de Teoria da História**, Goiás, v. 1, n. 3, p. 94-109, 2010.

BOQUET, Guy. **Teatro e Sociedade: Shakespeare**. São Paulo: Perspectiva, 1969.

BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do Renascimento na Itália**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CAMATI, Anna. Ser ou não ser judeu: subversão de estereótipos raciais em O Mercador de Veneza de Shakespeare. **Revista Letras**, Curitiba, n. 77, p. 57-68, 2009.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LUDWIG, Carlos. Negação da figura paterna e a fuga de Jéssica em Mercador de Veneza: consciência, vergonha e interioridade. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 51, n. 4, p. 583-591, 2016.

LE GOFF, Jacques. “As mentalidades: uma história ambígua” In LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.) **História: Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 68-83.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente medieval**. Petrópolis: Vozes, 2016.

LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LEÃO, Liana. Apaixonados por Shakespeare: fato e ficção no filme Shakespeare Apaixonado. **Dossiê especial: reflexões shakespearianas**, Paraná, v. 18, n. 18, p. 57-69, 2009.

Mercador de Veneza. Direção: Michael Radford. Produção: Barry Navidi, Cary Brokaw, Michael Cowan e Jason Piette. EUA: Sony Pictures Classics, 2004.

PARADISO, Silvio. A imagem do judeu na literatura britânica: Shylock, Barrabás e Fagin. **Diálogos & Saberes**, Mandaguari, v. 8, n. 1, p. 213-231, 2012.

PESAVENTO, Sandra. **História & história cultural**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PESAVENTO, Sandra. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, Pelotas, n. 14, p. 31-45, 2003.

RODRIGUES, Eli. “Reflexões sobre o Racismo”, de Jean Paul Sartre: uma análise das origens psicológicas do preconceito racial. **RIDH**, Bauru, v. 4, n. 1, p. 161-169, 2016.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SHAKESPEARE, William. **O Mercador de Veneza**. Tradução Fernando Carlos de Almeida Cunha Medeiros e Oscar Mendes. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.

SILVA, Edinilson. Direito e Justiça em Shakespeare: O Mercador de Veneza. **Revista Themis**, Fortaleza, [s/n], p. 305-350, 2016.

SOUZA, Daniel. Identidade religiosa em O Mercador de Veneza, de William Shakespeare. **Via Teológica**, Curitiba, v. 13, n. 25, p. 08-44, 2012.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. 4 ed. Brasília: UnB, 1998.